

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO**

**Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no**  
**Contexto da Neoliberalização Urbana**

**Jenifer Marques Pinto**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO  
CONTEXTO DA NEOLIBERALIZAÇÃO URBANA**

**JENIFER MARQUES PINTO**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Robson Dias da Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

**SEROPÉDICA, RJ**

**2019**



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P659o Pinto, Jenifer Marques, 1991-  
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no  
Contexto da Neoliberalização Urbana / Jenifer Marques  
Pinto. - Seropédica, 2019.  
58 f.

Orientador: Robson Dias da Silva.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PPGDT/Curso de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2019.

1. Desenvolvimento Urbano. 2. Objetivos do  
Desenvolvimento Sustentável. 3. Neoliberalização. I.  
Dias da Silva, Robson, 1976-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. PPGDT/Curso de Pós  
Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas  
Públicas III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

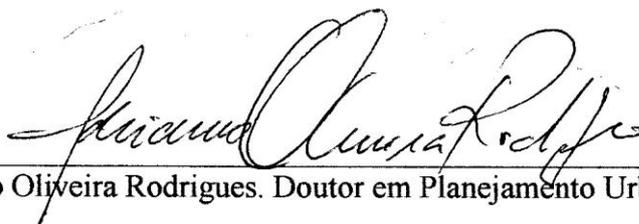
**JENIFER MARQUES PINTO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 / 05 / 2019



Robson Dias da Silva. Doutor em Desenvolvimento Econômico. UFRRJ  
(Orientador)



Adrianno Oliveira Rodrigues. Doutor em Planejamento Urbano e Regional. UFRRJ



Deborah Werner. Doutora em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ

## **DEDICATÓRIA**

Para meu irmão, Heitor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais por confiarem, acreditarem e apoiarem o caminho que escolhi: o da dedicação ao estudo e a pesquisa, que é árduo e repleto de renúncias. Agradeço também ao meu namorado e companheiro de jornada, Diogo, por todo o apoio, ajuda, compreensão e carinho, nos momentos bons e nos difíceis. À minha querida amiga desde a graduação, Nathália, por estar sempre disponível para uma boa conversa. À minha querida amiga e colega de turma do mestrado, Ilze Kelly, por tudo o que passamos juntas nesses dois anos, pelo apoio, confiança e amizade. Gostaria de agradecer também a Professora Claudiana Guedes, da UFRRJ, pela participação na minha banca de qualificação, pelas dicas, pela revisão deste trabalho e por ser tão solícita e amável. Agradeço também ao Professor Adrianno Oliveira, da UFRRJ, pela excelente formação que me proporcionou na graduação e também por ter feito parte da minha banca de qualificação no mestrado. Não posso deixar de agradecer ao meu ilustre orientador, Professor Robson Dias da Silva, por toda a paciência, compreensão e orientação que não são novas, já vêm dos tempos da graduação. Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a todos os professores do curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas que também me conduziram pelos caminhos do conhecimento. Agradecimento especial a CAPES pelo apoio à pesquisa: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*)

## RESUMO

Considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU uma importante agenda global e o papel relevante atribuído aos territórios e cidades para o alcance dessas metas no contexto das mudanças do capitalismo globalizado do século XXI, objetivou-se analisar a Agenda 2030 como um todo e especificamente o ODS de número 11, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e verificar se este objetivo reafirma ou se opõe ao neoliberalismo. Para tanto, a metodologia teve como base uma pesquisa qualitativa assentada em dois pilares: revisão de literatura e análise documental. Como resultado da análise, pode-se concluir que há a possibilidade de que a reestruturação promovida pela Agenda 2030 se sobreponha a do neoliberalismo e coloque o desenvolvimento na direção de uma socialização profunda.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Urbano; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Neoliberalização.

## **ABSTRACT**

*Considering the UN Sustainable Development Goals an important global agenda and the relevant role assigned to territories and cities to reach these goals in the context of the changes of the globalized capitalism of the XXI century, the aim was analyze the 2030 Agenda as a whole and specifically the SDG number 11, make cities inclusive, safe, resilient and sustainable, and check if this goal reaffirms or opposes neoliberalism. For this purpose, the methodology was based on a qualitative research based on two pillars: literature review and documentary analysis. As a result of the analysis, it can be concluded that there is a possibility that the restructuring promoted by 2030 Agenda overlaps with that of neoliberalism and places the development in the direction of a deep socialization.*

**Keywords:** *Urban Development; Sustainable Development Goals; Neoliberalization.*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 NEOLIBERALISMO: NA CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>3</b>
1.1 O Conceito de Desenvolvimento: do Crescimento ao Desenvolvimento Sustentável	3
1.2 O Neoliberalismo: O Novo “Vírus” Contemporâneo	11
1.3 Considerações	18
<b>CAPÍTULO 2 DOS ODM AOS ODS: UMA BREVE HISTÓRIA DOS OBJETIVOS GLOBAIS</b>	<b>20</b>
2.1 O Que Foram Os ODM?	20
2.2 O Que São Os ODS Hoje?	23
2.3 A Dimensão Urbana Dos ODS	28
2.4 Considerações	31
<b>CAPÍTULO 3 O ODS 11 COMO FERRAMENTA CONTRANEOLIBERALIZANTE PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS</b>	<b>32</b>
3.1 A Influência Neoliberal Nas Cidades	32
3.2 Alternativas A Neoliberalização	34
3.3 O ODS 11 Pode Ser Considerado Um Objetivo Contraneoliberalizante?	36
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>
<b>APOIO</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Na primeira década desse século, a Organização das Nações Unidas (ONU) ampliou o escopo de objetivos globais para o desenvolvimento com a definição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), reunindo em uma só agenda um conjunto de metas a serem alcançadas pelos países signatários até o ano de 2015, quando passou a vigorar a nova agenda global de objetivos para o desenvolvimento, que foi reformulada para incluir um conjunto maior de questões, com o foco na sustentabilidade. A negociação da nova agenda envolveu, além dos 193 países-membros da ONU, a participação da sociedade civil e outros grupos interessados, como o setor privado e governos locais em um diálogo que levou à representação de uma grande variedade de interesses e perspectivas ao contrário de como foram formulados os ODM “a portas fechadas”.

Com isso, foram definidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), compostos por 17 objetivos e 169 metas a serem perseguidas até 2030 envolvendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. A diversidade de interesses e perspectivas que levaram a uma lista tão abrangente de metas que incorpora diferentes facetas do desenvolvimento revela que os ODS foram construídos com base em diversos enfoques e posições teóricas sobre o conceito de desenvolvimento. No entanto, essa construção está inserida em um contexto de regulação neoliberal mundial. Por outro lado, ODS foram elaborados e instituídos no contexto pós-crise de 2008, cujos efeitos e consequências levaram ao questionamento das instituições regulatórias neoliberais e de suas ideias<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo, as questões urbanas passaram a ter maior atenção no cenário mundial de discussão de políticas de desenvolvimento conforme o crescimento dos espaços urbanos foi causando cada vez mais impactos nas sociedades, economias, territórios e meio ambiente e é por isso que os esses espaços são peça chave para a compreensão de alguns dos limites, contradições e mudanças da expansão variada do projeto neoliberal que vem ocorrendo desde os anos 1990 em resposta às suas próprias contradições inerentes e que tendem a crises. O neoliberalismo atinge diretamente as cidades, pois são nos espaços urbanos que se concentram a maior parte da população mundial atualmente, as disputas, os conflitos e o capital físico e financeiro. O crescimento e expansão desses espaços urbanos fez com que as cidades ganhassem maior atenção no cenário mundial, fomentando debates sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das cidades e a partir delas. São nas cidades que ficam mais evidentes os problemas e potencialidades do crescimento econômico e das dinâmicas predadoras do capitalismo, como a gentrificação, a segregação e a polarização espacial e social. Por isso, as cidades são importantes não só como motores do crescimento econômico, mas como potencial palco de mudança para um novo paradigma de desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar, 4) educação de qualidade, 5) igualdade de gênero, 6) água limpa e saneamento, 7) energia limpa e acessível, 8) trabalho de decente e crescimento econômico, 9) inovação infraestrutura, 10) redução das desigualdades, 11) cidades e comunidades sustentáveis, 12) consumo e produção responsáveis, 13) ação contra a mudança global do clima, 14) vida na água, 15) vida terrestre, 16) paz, justiça e instituições eficazes, 17) Parcerias e meios de implementação.

Reconhecendo a importância das cidades para o desenvolvimento e também a necessidade da superação dos problemas urbanos, os ODS têm como um dos objetivos tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o objetivo número 11, direcionado especificamente às cidades. Isso mostra que a ONU, os representantes das nações e todos os outros grupos envolvidos no processo de decisão dos objetivos dão expressiva importância e estão preocupados com as questões urbanas.

Tendo isso em vista, seria possível a formação de um regime de normas global alternativo ao neoliberal para as cidades e a partir delas? Seriam os ODS uma estratégia neoliberalizante ou contraneoliberalizante?

Como os ODS são objetivos que fornecem diretriz para a formulação de políticas públicas em várias escalas e contextos, é notável a importância do estudo de metas globais de desenvolvimento para o avanço nas pesquisas e na discussão sobre o desenvolvimento territorial frente ao capitalismo globalizado e as novas relações que o território, tanto o nacional quanto o regional e local tem com o contexto global. Investigar a fundamentação teórica por trás da formulação da Agenda 2030 é de suma importância para compreender os objetivos dessa agenda, a quais vieses está alinhada e quais os possíveis desdobramentos e consequências da incorporação dos ODS nas políticas públicas, principalmente em espaços urbanos.

Portanto, objetivo geral desta pesquisa foi analisar a Agenda 2030 como um todo e especificamente o ODS de número 11, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e verificar se este objetivo reafirma ou se opõe ao neoliberalismo. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivos específicos:

- a) Identificar, através de uma análise teórica, quais teorias fundamentaram e influenciaram a elaboração dos ODS.
- b) Descrever a história da formulação dos ODS.
- c) Apontar as principais características do neoliberalismo e da neoliberalização, assim como possíveis cenários de contraneoliberalização.
- d) Comparar as metas do ODS 11 com a agenda neoliberal nos espaços urbanos.

Para tanto, a metodologia teve como base uma pesquisa qualitativa assentada em dois pilares: revisão de literatura e análise documental. De maneira concomitante, foi realizada uma breve descrição e sistematização dos principais autores e correntes sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, uma revisão das publicações mais recentes sobre o neoliberalismo e sobre o processo de estruturação de objetivos globais para o desenvolvimento, além da análise documental feita a partir dos estudos dos documentos/publicações oficiais publicados pela ONU sobre o tema.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da presente introdução e da conclusão. No capítulo 1 descrevemos os mais expoentes autores das principais teorias do desenvolvimento, seu o objetivo não é esgotar o assunto, mas oferecer um panorama da evolução do conceito. Ademais, apresentamos a definição de neoliberalismo, as características da neoliberalização e seus principais efeitos. No capítulo 2 descrevemos a história, de maneira breve, dos objetivos globais e definimos o que são os ODS, suas características e sua dimensão urbana. No último capítulo verificamos a importância das cidades e analisamos o ODS 11 como possível alternativa ao neoliberalismo nos espaços urbanos.

## **CAPÍTULO I NEOLIBERALISMO: NA CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO**

Investigar a fundamentação teórica por trás da formulação da Agenda 2030 é de suma importância para compreender os objetivos dessa agenda, a quais vieses está alinhada e quais os possíveis desdobramentos e consequências da incorporação dos ODS nas políticas públicas. O objetivo deste capítulo é apresentar um breve panorama das teorias do desenvolvimento socioeconômico e do neoliberalismo a fim de identificar, a partir de uma análise teórica, que teorias fundamentaram e influenciaram a elaboração dos ODS. Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura dos principais autores e correntes sobre o tema. O presente capítulo pretende apresentar os mais expoentes autores das principais teorias do desenvolvimento, seu objetivo não é esgotar o assunto, mas oferecer um panorama da evolução do conceito.

De Rostow com sua teoria das etapas do crescimento, passando pela contribuição do pensamento cepalino e da teoria da dependência para pensar o desenvolvimento na América latina, até a defesa da importância das instituições pelos Institucionalistas e suas diferentes vertentes e a definição de desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, alguns autores preocupados com a questão do desenvolvimento passaram a discutir a importância de mais uma variável chave para o desenvolvimento econômico, social e humano que estava para além dos números e significava o futuro do planeta: o meio ambiente. No entanto, paralelamente a evolução do conceito e de políticas para o desenvolvimento estava em curso a estruturação e implantação de outra corrente de pensamento econômico, não muito preocupada com o desenvolvimento social e ambiental, que foi ganhando cada vez mais hegemonia a partir de meados da década de 1970: o neoliberalismo. O presente capítulo também vai explorar essa evolução, a fim de compreender como o neoliberalismo afeta o mundo atualmente e ajudar a responder as questões deste trabalho

### **1.1 O Conceito de Desenvolvimento: do Crescimento ao Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolvimento é um conceito sobre o qual não há consenso. Este é um tema que está em debate até os dias atuais. O que é desenvolvimento é muito relativo e pode ter muitos significados e interpretações. Além disso, os critérios de classificação e divisão das teorias do desenvolvimento são diversos e também de difícil conciliação. Inúmeros trabalhos já realizaram panoramas sobre as teorias do desenvolvimento e sua sistematização<sup>2</sup>. É importante ressaltar que a noção de desenvolvimento vem sendo construída ao longo da história e de acordo com cenários, visões e abordagens diferentes que disputam na tentativa de definir a causa e a consequência das desigualdades sociais, econômicas, estruturais e produtivas entre nações e regiões.

---

<sup>2</sup> Ver Enríquez (2010), Mantega (1998), Nierdele e Radomsky (2016), Veiga (2010), e outros.

Das abordagens em que o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico à teoria desenvolvimento sustentável, a compreensão e assimilação das complexidades inerentes ao sistema capitalista, suas crises, variedades e especificidades associadas ao processo histórico e as condições estruturais de cada país, região e local, o conceito de desenvolvimento sofreu transformações e passou a incluir aspectos para além do meramente econômico que levam em conta fatores sociais, institucionais, políticos, territoriais e ambientais, além de incorporar novos indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano.

O desenvolvimento é objeto da atenção das ciências econômicas desde Adam Smith (1776), em *A Riqueza das Nações*, em que considerava o desenvolvimento de uma nação como resultado da satisfação de seus interesses individuais, o que atendia aos interesses da sociedade, refletindo o mecanismo da mão invisível da livre concorrência. Desenvolvimento então era o produto de ações individuais que movimentavam a economia e geravam o excedente necessário ao crescimento econômico.

Segundo Mantega (1998), as bases das teorias modernas de crescimento econômico e do desenvolvimento estão nos trabalhos de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Thomas Malthus, Schumpeter e Allyn Young. Enquanto Smith, Marx, Schumpeter e Young viam no capitalismo um grande potencial produtivo e capacidade de produzir rendimentos crescentes, Ricardo e Malthus acreditavam que os recursos naturais seriam insuficientes para suprir a humanidade e os rendimentos de capital decrescentes.

Marx e Schumpeter fizeram uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento do capitalismo ao não considerar apenas fatores estritamente econômicos. Marx forneceu uma importante contribuição sobre o enorme potencial produtivo do capitalismo e Schumpeter para a compreensão da dinâmica do sistema com o progresso técnico e a inovação, o crédito e o empresário possuindo papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Young desenvolveu os conceitos de rendimentos crescentes e economias externas na primeira metade do século XX, conceitos que aliados aos de Schumpeter serviram de base para a Teoria do Desenvolvimento Equilibrado de Rosenstein-Rodan e Nurkse. (MANTEGA, 1998)

No entanto, o estudo e a investigação do desenvolvimento na tentativa de compreender e explicar o fenômeno e as causas da distância entre os níveis de desenvolvimento dos países começou com o florescimento de teorias que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, no contexto de reconfiguração e polarização mundiais entre Estados Unidos e União Soviética. Ao mesmo tempo, nos países latino-americanos a industrialização era vista como caminho para a superação do subdesenvolvimento, sobre o que discutiram diversos autores ligados a CEPAL que analisavam a questão do desenvolvimento do continente a partir de sua própria história e trajetória. (ENRÍQUEZ, 2010; NIERDELE, RADOMSKY, 2016).

Mantega (1998) ressalta que as Teorias do Crescimento estiveram voltadas principalmente para o desenvolvimento capitalista dos países avançados e só após a segunda guerra mundial uma Teoria do Desenvolvimento preocupada com o desenvolvimento dos países atrasados foi elaborada. Ainda que fosse muito semelhante à Teoria do Crescimento em relação à matriz teórica e objetivos, a Teoria do Desenvolvimento “não se preocupou em esmerar modelos teóricos ou multiplicar funções de produção e partiu logo para elaboração de instrumentos de intervenção para elevar a produção e a produtividade dos países atrasados”, nem baseava-se nos princípios walrasianos de equilíbrio geral. (MANTEGA, 1998, p. 14)

Essa noção de desenvolvimento como crescimento econômico, progresso, industrialização e tecnologia foi por muito tempo aceita como único caminho para garantir a qualidade de vida e o aperfeiçoamento humano. O PIB era, desde após a Revolução Russa e a crise de 1929, o indicador de referência para medir crescimento econômico baseado em elevado padrão de consumo, acumulação de bens e altas taxas de crescimento (SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R., 2018).

A teoria da modernização buscava explicar a transição de sociedades tradicionais para modernas desde uma perspectiva sociopolítica e econômica. O principal autor dessa corrente foi Walt W. Rostow, com sua teoria das etapas de desenvolvimento que reforçou a ideia do desenvolvimento como processo evolutivo e como progresso e influenciou as políticas governamentais de promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos nos anos 1950 e 1960 (ENRÍQUEZ, 2010; SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R., 2018).

A partir da observação de sociedades existentes que se industrializaram, como Inglaterra e Estados Unidos, Rostow (1960) considerou útil dividir a história de cada economia nacional em etapas, construindo assim uma teoria do crescimento na tentativa de explicar e responder a uma série de questões relativas ao crescimento econômico dos países e quais suas razões. Segundo ele, é possível identificar as sociedades em alguma das cinco etapas, pelas quais irão passar para atingir o desenvolvimento.

A manutenção dessa ideia foi possível, pois até os anos 1960 não se sentia muito a necessidade de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico porque as poucas nações desenvolvidas eram ricas e industrializadas. Ainda no final do século XX, os manuais de economia tratavam do desenvolvimento e do crescimento econômico como meros sinônimos, até mesmo quando o IDH se afirmou mundialmente como indicador mais razoável de desenvolvimento, alguns autores baniram completamente a definição ou a trataram como crescimento da renda per capita, pois para os fundamentalistas do mercado “o desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico graças ao efeito cascata [...] Basta aplicar economia moderna, disciplina ahistórica e universalmente válida”. (VEIGA, 2010, p. 80)

No entanto, o desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral e não é resultado espontâneo do livre mercado, uma entre as várias instituições que participam do processo. Interessante notar que “os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington”. O que se observou com o intenso crescimento econômico de países semi-industrializados como o Brasil não se traduziu em maior acesso a bens materiais e culturais. Tendo em vista essas contradições é que se passou a debater sobre o sentido da palavra desenvolvimento para além do mero crescimento da renda. (VEIGA, 2010, p. 80)

Nos anos 1970, Amartya Sen foi um dos pioneiros na proposta do Índice de Pobreza, envolvendo indicadores para além dos meramente econômicos e, no início dos anos 1990, colaborou na construção do Índice de Desenvolvimento Humano composto de indicadores relativos à renda, ao conhecimento e a longevidade, (SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R., 2018) contribuindo para dar novos sentidos e perspectivas a noção de desenvolvimento até então aceita.

Amartya Sen (2010) defende que o desenvolvimento deve ser visto como a expansão das liberdades de que as pessoas podem desfrutar. Sua abordagem contrapõe aquelas mais restritas que consideram o desenvolvimento como o crescimento do Produto Nacional Bruto, como industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, por exemplo, envolvendo aspectos éticos, políticos, econômicos e até mesmo psicológicos.

Com isso, Sen (2010) afirma que apesar da grande aceitação de que o direito as transações econômicas é um grande motor do crescimento econômico, outras relações precisam ser reconhecidas na análise das políticas públicas e, portanto, o crescimento econômico deve ser julgado não só como aumento da renda privada, mas também pela expansão dos serviços sociais financiados pelo Estado. Desta forma, “essa abordagem contrária – e na verdade abala – a crença tão dominante em muitos círculos políticos de que o desenvolvimento humano [...] é realmente um tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar” (SEN, 2010, p. 62), o que significa que a qualidade de vida pode ser melhorada por programas adequados de serviços sociais, a despeito de baixos níveis de renda.

Por outro lado, outra perspectiva que deu novo sentido ao conceito e a forma de se perceber e mensurar o desenvolvimento, é a ideia de desenvolvimento sustentável, que leva em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais intergeracionais para o seio da questão. Essa é uma noção gestada a partir do período pós Segunda Guerra mundial quando se ampliou o processo de desenvolvimento socioeconômico e recuperação das nações mais ricas, impulsionado pelos estados unidos que se estendeu até os meados dos anos 1970. Nesse processo, passaram a surgir preocupações com os limites dos recursos naturais e da produção capitalista. (NIERDELE, RADOMSKY, 2016) O que fez surgir essa expressão foi o debate – principalmente americano, na década de 1960 – que polemizou “crescimento econômico” versus “preservação ambiental”, inteiramente impregnado por um temor apocalíptico da “explosão demográfica”, mesclado ao perigo de uma guerra nuclear ou da precipitação provocada pelos testes. (AMAZONAS, 2002 *apud* VEIGA, 2010)

As questões relacionadas aos limites do crescimento e dos recursos naturais passaram então a fazer parte da pauta de discussões e agendas mundiais. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970, como uma tentativa de encontrar uma terceira via entre os defensores do crescimento zero e os desenvolvimentistas. Segundo Romeiro (2010, p. 68)

A controvérsia opondo desenvolvimentistas e “zeristas” inicia-se com publicação do relatório preparado pelo casal Meadows, do MIT, sob os auspícios do chamado Clube de Roma, sobre os limites ambientais ao crescimento econômico (Meadows et al., 1972) cuja conclusão fora que o crescimento econômico precisava parar para se evitar que o esgotamento dos recursos naturais e a poluição provocassem uma queda brusca do nível de vida. A primeira Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente realizada em Estocolmo em 1972 foi alvo dessa polarização tendente a gerar impasses. Essa conclusão chega num momento de forte crescimento econômico mundial, puxado pela recuperação do pós-guerra (os “Trinta anos gloriosos”) e a ascensão de alguns emergentes como os “Tigres asiáticos” e o Brasil do milagre econômico. Por sua vez, a grande maioria dos países permanecia pobre, com dificuldades de iniciar um processo de crescimento econômico sustentado.

Em 1972, em Estocolmo, foi publicado o relatório Limites do crescimento (Relatório de Meadows, seu redator) na reunião do Clube de Roma. No mesmo ano e na mesma cidade, ocorreu a primeira reunião Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde se debateu pela primeira vez temas envolvidos com o crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental. Ignacy Sachs, considerado um dos maiores pensadores do

desenvolvimento sustentável, foi assessor chefe do secretariado da ONU nas preparações da conferência.

Mas a noção de desenvolvimento sustentável começou a ser difundida apenas no final da década de 1980 com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório de Brundtland, em 1987. A definição do desenvolvimento sustentável do Relatório de Brundtland é a mais aceita e também a mais criticada, pois exclui a dimensão conflituosa e das tensões sociais relacionadas ao desenvolvimento. (NIERDELE, RADOMSKY, 2016) Mais tarde, em 1992, ocorreu a conhecida Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, seguida pela Rio+10 em Johannesburgo e pela Rio+20.

Sachs (1998) considera que a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, primeiro chamada de ecodesenvolvimento, e depois de desenvolvimento sustentável, não se alterou substancialmente nos vinte anos que separaram as conferências de Estocolmo e do Rio e acredita que ainda é válida.

As ideias de Sachs foram fundamentais para o surgimento e institucionalização da ideia de desenvolvimento sustentável. Para Veiga (2010, p. 171), Sachs foi “quem melhor soube evitar simultaneamente o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimento anacrônico, que pouco se preocupa com gerações futuras”, na defesa de que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da autorrealização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas.

Para Sachs (2002, p. 15) o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta a dimensão da sustentabilidade ambiental à dimensão da sustentabilidade social, tendo como cinco pilares o social, ambiental, territorial, econômico e político (Quadro 01), baseado,

[...] no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista tradicional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo.

### Quadro 1. Cinco pilares do desenvolvimento sustentável

<b>Social</b>	Fundamental devido à disrupções sociais que assolam muitos lugares problemáticos do planeta.
<b>Ambiental</b>	Sistemas provedores de recursos e sistemas recipientes de resíduos
<b>Territorial</b>	Distribuição espacial de recursos, atividades e populações
<b>Econômico</b>	Viabilidade econômica é condição <i>sine qua non</i> para que as coisas aconteçam
<b>Político</b>	Governança democrática e liberdade

Fonte: SACHS (2002, p. 15)

No entanto, a maioria dos estudos sobre desenvolvimento sustentável “ainda está voltada para a definição, dentre quatro aspectos do tema desenvolvimento: mensuração,

avaliação, proposição e definição”. Para Veiga (2010), as ideias de Sachs são “um caminho do meio” entre aquelas baseadas em “modelos neoclássicos de crescimento, com a adição da variável recurso natural específico (capital natural) [que] dão ênfase ao aspecto quantitativo e ignoram questões éticas e ecossistêmicas”, enquadrados na ótica da “sustentabilidade fraca” e aqueles modelos “baseados na contabilidade energética [que] não apresentam alternativas factíveis para as economias que dependem fortemente da extração e do uso de seus recursos naturais e ambientais” (ENRÍQUEZ, 2010, p. 142)<sup>3</sup>.

Um dos grupos de pesquisadores que sustentam os preceitos da econômica neoclássica é o da sustentabilidade fraca. Para esta corrente não existe *trade-off* entre crescimento econômico e conservação ambiental, uma vez que os fatores produtivos e o capital natural são perfeitamente intercambiáveis. Sua argumentação baseia-se na eficiência econômica e produtividade. Dentre os conceitos utilizados por esse grupo para a análise e proposição de medidas econômicas para o desenvolvimento sustentável é o do conceito hicksiano de renda – não decrescimento do bem estar per capita, defendem que os recursos naturais estão sujeitos as mesmas regras que os outros fatores de produção e, por isso, seus modelos são extensões dos modelos de crescimento neoclássicos, a saber:

- O Modelo de Stiglitz, em que o recurso exaurível não é impedimento para crescimento econômico.

- O Modelo de Hotelling, o rendimento per capita constante dá as condições para que os recursos naturais sejam esgotados a uma taxa ótima.

- O Modelo de Hartwick, que defende que progresso técnico e investimento em capital atenuam efeitos do esgotamento e degradação (renda da escassez).

- O Modelo de Solow, o qual defende que ha substituição quase ilimitada entre capital natural, capital humano e capital manufaturado – investimento A Natureza não é, portanto, obstáculo para o crescimento, apenas criando obstáculos temporários ou relativos, que podem ser superados pelas inovações. (ENRÍQUEZ, 2010; VEIGA, 2010).

Para essa corrente, o PIB não é um indicador ruim, mas incompleto, pois omite a depreciação dos ativos de capital fixo e isso se estende para recursos naturais, que não são incluídos nos sistemas de contas nacionais. Propõem, portanto, indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável, os quais devem ser os preços de mercado, a renda da escassez, a elasticidade de substituição entre o capital natural e os outros tipos de capital e a taxa de progresso técnico. (ENRÍQUEZ, 2010)

Por outro lado, a vertente seguidora da escola de Londres<sup>4</sup>, grupo enquadrado na corrente da sustentabilidade forte, entende que o critério de justiça intergeracional não deve ser a manutenção do capital total, mas sim sua parte não reproduzível que é o capital natural, defendendo que danos ambientais provocados por algumas atividades sejam compensadas por outras. Desta forma, a sustentabilidade é vista como a administração eficiente dessa dimensão

---

<sup>3</sup> Ver Enríquez (2010), Veiga (2010) e Sachs (2008, 2009) para maiores detalhes e sistematização das ideias dos principais autores e correntes do desenvolvimento sustentável.

<sup>4</sup> A Escola de Londres aceita a substituição entre os recursos naturais e outras formas de capital, mas reconhece os limites desta proposição. Para esta corrente deve haver um limite de capital natural crítico a ser mantido. A taxa de utilização dos recursos naturais não pode exceder a taxa de renovação, de modo que permita sua substituição por recursos renováveis e que os desperdícios e emissões sejam menores que a capacidade de assimilação do meio. Defendem uma contabilidade e indicadores que descrevam os efeitos das políticas. (ENRÍQUEZ, 2010)

específica da escassez que constitui uma imperfeição de mercado, pois há incertezas sobre os indicadores e assimetrias entre o capital natural e capital manufaturado no que tange a irreversibilidade no uso. É por isso que essa escola tem certa aversão à incerteza e uma preferência pelo princípio da precaução<sup>5</sup> nas tomadas de decisão sobre questões que envolvam o uso de recursos naturais e ambientais. Um dos principais autores desta corrente é Herman Daly, um conservacionista, que defende a manutenção do estoque de capital natural para manter o que chama de estado estacionário, o que não significa crescimento zero. Para ele, o desenvolvimento sustentável é definido como o máximo de desenvolvimento que pode ser atingido sem que se diminuam os ativos de capital natural de uma nação. Portanto, para a sustentabilidade forte, o direito das gerações é considerado igual, pois a taxa de desconto é nula, os fatores de produção são complementares e não substitutos, portanto o progresso técnico tem impactos ilimitados. Aqui também estão no mercado as instituições regulamentadoras da sustentabilidade. ((ENRÍQUEZ, 2010; VEIGA, 2010; ROMEIRO, 2012)

Já a tese econômico-ecológica surge da tentativa de conciliação entre a sustentabilidade forte e fraca. (ENRÍQUEZ, 2010). Oficialmente criada em 1987<sup>6</sup>, a economia ecológica aceita os indicadores ambientais da sustentabilidade forte, mas discorda do viés conservacionista estrito. Do ponto de vista da economia ecológica, a economia é um subsistema do meio ambiente, que representa, portanto, um limite absoluto à expansão daquela. Assim, uma de suas premissas fundamentais é a de que o meio ambiente possui uma capacidade de carga que é dada pelos limites de resiliência ecossistêmica, uma vez que um subsistema não pode ser igual ou maior que o sistema que o contém, ideia que tem origem nos trabalhos de Kenneth E. Boulding. (ENRÍQUEZ, 2010; ROMEIRO, 2012)

Outra premissa da economia ecológica que tem sua origem especialmente no trabalho de N. Georgescu-Roegen (1971) é a dos limites da “espaçonave terra”, que diz respeito ao crescimento demográfico, aumento da produção e da renda *per capita*. “Essa limitação se deve à lei da entropia, pela qual não é possível qualquer atividade produtiva de transformação de matéria e energia (primeira lei da termodinâmica) sem um processo de degradação entrópica irreversível gerador de resíduos (segunda lei da termodinâmica)”. (ROMEIRO, p. XX), portanto, há limites ao tratamento e transformação dos resíduos por meio do aumento da eficiência ecológica. (ROMEIRO, 2012, p. 78)

A partir dessas premissas, a questão central da economia ecológica é como manter a economia em funcionamento dada a existência dos limites naturais. Para isso, é preciso considerar dois planos de ação: políticas específicas para cada tipo de problema ambiental a ser enfrentado e estabilização da produção global de resíduos em níveis sustentáveis (o crescimento zero). (ROMEIRO, 2012) Isso remete aos três aspectos cruciais para essa

---

<sup>5</sup> De acordo com o Ministério do Meio Ambiente brasileiro, o Princípio da Precaução da Declaração do Rio/92 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi proposto na Conferência no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que o definiu como "a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados". De forma específica assim diz o Princípio 15: "Para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis, não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação ambiental". Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/item/7512>. Acesso em: 18 jun. 2019.

<sup>6</sup> Herman Daly, Robert Constanza, Martinez-Alier, Paul Ehrlich, Kenneth Boulding, Richard Norgard são seus principais fundadores.

vertente que são a escala de produção sustentável, a justiça distributiva e a alocação eficiente de recursos. (ENRÍQUEZ, 2010)

Apesar de usar elementos da economia convencional, a economia ecológica é mais abrangente, pois além de questionar as bases da economia neoclássica, considera a biosfera e estruturas de poder, direitos de propriedade e distribuição de renda e que o crescimento econômico não leva necessariamente ao desenvolvimento e a sustentabilidade. Por isso seus partidários não consideram o PIB o melhor indicador de desenvolvimento, já que os produtos ecológicos não são contabilizados o que não permite comparar a economia de países desenvolvidos e em desenvolvimento num mundo em que o fator limitante é o capital natural. Defendem também a internacionalização ao invés de globalização baseada no princípio ricardiano, além de possuir uma racionalidade processual que prioriza objetivos intermediários a objetivos globais e escolhas satisfatórias a escolhas ótimas. (ENRÍQUEZ, 2010)

Para Veiga (2010, p. 113), a construção de um sentido de desenvolvimento sustentável entre as duas proposições está muito mais atrasada que no caso da noção de desenvolvimento. “O que tem havido é coisa bem diversa: desde 1987, um intenso processo de legitimação e institucionalização normativa da expressão ‘desenvolvimento sustentável’ começou a se afirmar”, mas que considera evidente que “a hipotética conciliação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos”.

Por outro lado, Mizoczky e Böhm (2012) enxerga a evolução do desenvolvimento sustentável como a “a investida encoberta do capital sobre a natureza, a economia verde, entendida como a investida radical e aberta do capital sobre a natureza, tomando como marcos as Conferências Eco-92 e Rio+20”. O capitalismo verde tem se tornando nada menos que a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza, com a criação do mercado de crédito de carbono e de serviços ecossistêmicos, como expressão maior da comodificação da natureza e a ampliação e liberalização da produção e dos mercados compatíveis com a dualidade crescimento e preservação ambiental. Segundo eles (MIZOCZKY E BÖHM, 2012, p. 549), “contraditoriamente, a criação dessas novas mercadorias ambientais deve sua existência ao sucesso do movimento ambiental dos anos 1960 e 1970” em que o próprio capital serve como medida de degradação ambiental que ele mesmo produz. Portanto, o significado de sustentabilidade institucionalizado desde a eco-92 é o do mercado e sua ambiguidade serve à legitimação e ao encobrimento da investida do capital sobre a natureza. Mizoczky e Böhm (2012, p. 552) atentam para o fato de que “esse tema ganhou legitimidade em um momento de abandono do paradigma keynesiano e ‘ascensão das certezas neoliberais das décadas de 1980 e 1990”.

Assim, os defensores do neoliberalismo não parecem estar muito preocupados com o desenvolvimento social e ambiental, mas sim com a financeirização e com a transformação da natureza e da humanidade em mercados rentáveis. Sachs (1998) afirma que o desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo irrestrito das forças de mercado, mas que ainda assim a revolução ambiental coincidiu com a contrarrevolução neoliberal. No entanto, as teorias do desenvolvimento sustentável estão impregnadas dos preceitos neoclássicos da economia *mainstream* que servem ao neoliberalismo. Devido à importância de compreender o contexto das transformações em curso no capitalismo do século XXI no qual estão inseridos os ODS e a fim de compreender as contradições do desenvolvimento

sustentável e responder as perguntas relativas aos objetivos da presente pesquisa, na próxima seção, serão apresentadas a evolução do ideário neoliberal e suas principais características.

## 1.2 O Neoliberalismo: O Novo “Vírus” Contemporâneo

Falamos sobre o neoliberalismo como se fosse uma entidade invisível que percorre e invade todos os espaços, relações e atividades, regulando-as e conduzindo-as com suas características fundamentais. O próprio neoliberalismo é apresentado como algo bastante natural, fatídico, como meio e fim supremo por seus seguidores. Como se o mercado fosse lei fundamental do capitalismo, da vida social e pessoal, seus defensores apontam o Estado e suas regulações como problemáticos e tentam trazer uma versão perversa do liberalismo clássico para regular o mundo real com sua utopia paradoxal, em que a mão invisível se agarra a valores contraditórios em direção a financeirização de tudo.

Inicialmente um pensamento utópico, o neoliberalismo foi politizado agressivamente nos governos Thatcher e Reagan nos anos 1980 até tomar forma mais tecnocrática nos anos 1990, com o Consenso de Washington. Nas palavras de Peck e Tickell (2002, p. 380, tradução minha), “O neoliberalismo forneceu uma espécie de estrutura operacional ou ‘software ideológico’ para a globalização competitiva, inspirando e impondo programas de longo alcance de reestruturação e reescalonamento do Estado em uma ampla gama de contextos nacionais e locais”.

Para Peck e Tickell (2002, p. 392, tradução minha) o neoliberalismo parece estar em toda a parte, como um vírus que se espalha pelo mundo e “sua aparente onipresença é ao mesmo tempo uma manifestação e uma fonte de poder político-econômica”, uma vez que “tornou-se a racionalização ideológica dominante para a globalização e a ‘reforma’ estatal contemporânea” (PECK E TICKELL, 2002, p. 380, tradução minha). Segundo Harvey (2014, p. 13), “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou as maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”, assim como a retórica da globalização, os discursos neoliberais se tornaram tão convincentes e autorrealizadores porque representaram o mundo do mercado como um estado de natureza. (PECK E TICKELL, 2002).

No entanto, o neoliberalismo tem uma origem historicamente construída e nem sempre teve a hegemonia dentre as correntes de pensamento, como veremos a seguir. O neoliberalismo é, segundo Harvey (2014, p. 12) “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” cujo papel do estado é criar, preservar e garantir o ambiente propício a essas práticas e ao mercado.

A neoliberalização é uma dentre outras tendências de mudanças regulatórias desencadeadas desde a década de 1970 voltadas para reformas institucionais para disciplinar o mercado e que assumem formas específicas de acordo com o local. Esse processo produz comodificação da vida social, novas arenas para a realização de lucros e diferenciação geoinstitucional em lugares, territórios e escalas, de forma dependente da trajetória, “em que

necessariamente colidem com diversas paisagens regulatórias herdadas de formações e contestações regulatórias anteriores” tornando suas formas de articulação e institucionalização heterogêneas. (BRENNER, PECK e THEODORE, 2012)

O neoliberalismo surgiu no seio do capitalismo pós-segunda guerra mundial, na Europa e na América do Norte em contraponto ao keynesianismo, ao intervencionismo e ao estado de bem-estar social, como potencial antídoto para as ameaças do comunismo e como solução os problemas do capitalismo. Seu texto seminal foi de Friedrich Hayek (1944), O caminho da servidão. Os ideais de liberdade individual e dignidade humana como valores centrais da civilização eram fundamentais para seus fundadores<sup>7</sup>. O texto atacava qualquer tipo de limite ao livre mercado imposto pelo Estado, por ser tendencioso politicamente e por não possuir as informações contidas nos mercados, e, por vinte anos, os neoliberais defenderam a desigualdade como positiva para as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2014)

Os pioneiros do neoliberalismo se comprometeram fundamentalmente com ideais de liberdade pessoal, no sentido europeu tradicional, mas eram “neo” por aderirem aos princípios neoclássicos de livre mercado inspirados nos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras, em vez das teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, embora a mão invisível do mercado ainda fosse considerada por eles melhor recurso de mobilização dos instintos humanos. A liberdade de mercado e comércio é que garantem as liberdades individuais e o Estado neoliberal é de um tipo particular, cujo objetivo é criar as condições favoráveis para a manutenção dessas liberdades. No neoliberalismo, as trocas de mercado são a ética que substitui todas as outras, ao maximizar as transações de mercado, maximiza-se o bem social. (HARVEY, 2014)

Brenner, Peck e Theodore (2012) defendem que o neoliberalismo intensificou-se como plano político de reestruturação regulatória a partir dos anos 1970 com a crise das instituições keynesianas. Mas essa reestruturação não foi nem contínua, nem regular, ela aconteceu em fases ou rodadas neoliberalizantes, cada uma marcada por características e objetivos reestruturantes distintos. Isso aconteceu porque, segundo eles, o neoliberalismo é muito variado, desigual e dependente da trajetória dos territórios em que se infiltra.

O processo de neoliberalização não é monolítico, nem universal. Sua evolução e mudanças internas ocorreram desde os “protoneoliberalismos experimentais dos anos 70 até a constituição do neoliberalismo como um projeto político-econômico explícito durante os anos 80 aos ‘neoliberalismos profundos’ da última década”. (PECK e TICKELL, 2002, p. 384, tradução minha). Esse processo fez com que o neoliberalismo passasse de um “projeto” ou “regime” regulatório para a experiência mais recente de incorporação tecnocrática de rotinas de governança neoliberal, a extensão agressiva das instituições neoliberais e sua força apesar das repetidas crises. (PECK e TICKELL, 2002) O neoliberalismo além de dependente dos históricos sociais anteriores, não parece ter um conjunto elaborado de soluções que se sobreponha aos contextos em que se insere como afirma Harvey (2014, p. 23),

[...] o desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de estado para estado e de formação social para

---

<sup>7</sup> Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin, em 1947. Para Anderson (1995, p. 9), a sociedade era “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”.

formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto porque e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.

Deste modo, a neoliberalização pode ser entendida como uma forma particular de reorganização regulatória que é híbrida, desigual, multiescalar e dependente da trajetória, ou seja, colide com os arranjos institucionais anteriores de um dado território. Os processos de neoliberalização são, portanto, contraditórios em si mesmos e podem envolver estratégias antagônicas que minam as suas próprias condições de se reinventar e continuar sua implementação. A neoliberalização é, portanto, “uma tendência historicamente específica, desenvolvida de maneira desigual, híbrida e padronizada de reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado”. No quadro 02 a seguir, estão detalhados cada um desses elementos (PECK e TICKELL, 2002; BRENNER, PECK E THEODORE, 2012, p. 18).

## Quadro 2. Elementos que definem a neoliberalização

<b>Reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado</b>	Recalibração de modos de governança institucionalizados das relações entre estado e economia, para impor, ampliar ou consolidar formas mercantilizadas e comodificadas de vida social.
<b>Historicamente específica</b>	A neoliberalização surgiu sob condições geopolíticas e geoeconômicas qualitativamente diferentes, em resposta a fracassos regulatórios e lutas políticas historicamente específicas, e em paisagens institucionais arraigadas.
<b>Desenvolvida de maneira desigual</b>	O processo de neoliberalização é desigual, resultante da contínua colisão entre projetos de neoliberalização em evolução e contextualmente específicos e arranjos político-institucionais herdados em todas as escalas.
<b>Tendência</b>	A neoliberalização é um dentre vários processos de reestruturação regulatória concorrentes e articulados desde o pós-1970.
<b>Híbrida</b>	As tendências de neoliberalização são articuladas em modalidades incompletas, híbridas, que são contínua e ecleticamente retrabalhadas de maneiras contextualmente específicas.
<b>Padronizada</b>	Os processos de neoliberalização são desiguais, mas não são desconectados. Ao invés disso, geraram efeitos significativos, marcadamente padronizados e cumulativos sobre a configuração georregulatória do capitalismo.

Fonte: BRENNER, PECK E THEODORE (2012, P. 19-21)

A primeira experiência neoliberal aconteceu no Chile durante a ditadura de Pinochet, na década de 1970, quase dez anos antes de Thatcher. No Chile foram implementados programas de desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos, inspirados nos teóricos neoliberais norte-americanos liderados por Friedman, conhecidos como Chicago Boys. O neoliberalismo chileno aconteceu sob uma cruel ditadura militar, o que não era de se surpreender visto que “a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo”, mas sim a defesa da propriedade privada como direito incondicional. (ANDERSON, 1995, p. 18). Tudo isso, afirma Harvey (2014, p. 18-19), “incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã-Bretanha (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan) nos anos 80”, transformando-se em modelo para as políticas no centro capitalista.

Embora o neoliberalismo venha sendo inserido nas práticas e no pensamento político-econômico desde os anos 1970, ainda que nesta década a maioria dos governos da OCDE tentava políticas keynesianas contra as crises econômicas, a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social tem sido, desde então, muito comuns. Mas em 1979, foi ao poder, na Inglaterra, o primeiro regime abertamente empenhado em aplicar o ideário neoliberal na região do capitalismo avançado. O modelo inglês de Thatcher foi o mais puro e ambicioso,

seus governos contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical [e] cortaram gastos sociais” e “se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 11)

Ronald Reagan foi eleito com o mesmo objetivo, um ano depois, como presidente dos Estados Unidos, embora com prioridades voltadas para a competição militar com a União Soviética para derrubar o regime comunista russo. (HARVEY, 2014)<sup>8</sup>

Contudo, como ressalta Harvey (2014), houve uma insatisfação generalizada devido ao colapso do crescimento, na década de 1970, quando desemprego e inflação acelerada afetou a todos, o que levou a ascensão de governos comunistas e socialistas em parte da Europa, enquanto nos Estados Unidos forças populares reivindicavam reformas e intervenções estatais. Com isso, as elites econômicas e classes de países capitalistas avançados e em desenvolvimento se sentiram ameaçadas. O autor interpreta a neoliberalização como um projeto utópico de reorganização do capitalismo ou como um projeto político de reestabelecimento da acumulação de capital e de reestruturação do poder das elites econômicas – seja pela restauração do poder econômico, seja pela reconfiguração das classes – em que,

[...] o utopismo de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum o poder que tem as ideias reagir como força de mudança histórico-geográfica. (HARVEY, 2014, p. 27-29)

O neoliberalismo sofreu mudanças significativas no último quarto do século XX, tanto em sua forma institucional como em sua racionalidade política e suas consequências socioeconômicas. Peck e Tickell (2002) acreditam ter havido uma mudança no padrão de desregulamentação e desmantelamento dominantes na década de 1980, o que pode ser caracterizado como “reversão do neoliberalismo” para uma fase emergente de construção ativa do Estado e de reforma regulatória. A agenda neoliberal passou gradualmente de uma preocupação com a destruição ativa e a desqualificação das instituições keynesianas e de bem-estar social para um enfoque na construção e consolidação de formas estatais, modos de governança e relações regulatórias neoliberalizadas. É esse padrão mais recente de reestruturação institucional e regulatória, que Peck e Tickell (2002) caracterizam como uma combinação radical e emergente de gestão econômica neoliberalizada e formas autoritárias de Estado.

---

<sup>8</sup> Harvey (2014) examina o período com profundidade de detalhes. Anderson (1995) faz um balanço breve, mas aguçado sobre o mesmo.

Sobre isso Harvey (2014, p. 92) aponta a associação de formas de governança neoliberal ao neoconservadorismo, “como resposta ao caos causado pelo próprio neoliberalismo”. Segundo ele o neoconservadorismo é completamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, com a desconfiança da democracia e com a manutenção das liberdades do mercado, o que é contraditório, pois isso se afasta princípios fundamentais do neoliberalismo. A partir disso, as práticas neoliberais foram remodeladas ao incorporar as ideias de ordem e moralidade, como resposta a desordem de interesses individuais e a necessidade de manter a segurança do corpo político de perigos internos e externos. Para restaurar a ordem, os neoconservadores admitem certo grau de coerção e defendem a militarização e valores morais como núcleo de seu programa moral, como nacionalismo cultural, retidão moral, cristianismo (evangélico), valores familiares de direitos à vida e antagonismo a movimentos sociais como o feminismo, dos homossexuais, ações afirmativas e o ambientalismo.

Para Peck e Tickell (2002, p. 384) “Isso pode representar uma conjuntura crítica, pois reflete tanto as contradições/limitações das formas anteriores de neoliberalização quanto a obtenção de uma forma mais agressiva/proativa de neoliberalização contemporânea”.

No início dos anos 1990, os neoliberalismos de Thatcher e Reagan encontraram seus limites institucionais e políticos dadas as consequências econômicas perversas e externalidades sociais. No entanto, o resultado não foi dissolução, mas a reconstituição, um novo alento ao neoliberalismo, à medida que seu próprio projeto se metamorfoseou em formas mais socialmente intervencionistas e melhoradas, encarnadas nas políticas da terceira via de Clinton e Blair. Esta fase mais recente pode ser caracterizada por novas formas de construção institucional e intervenção governamental que foram licenciadas dentro do projeto neoliberal que não tem mais como objetivo estreito a mobilização e extensão de mercados e suas lógicas. O neoliberalismo está cada vez mais associado ao plano político, a novos modos de formulação de políticas sociais e penais voltadas para a re-regulamentação agressiva, disciplinamento e contenção daqueles que foram marginalizados como resultado da neoliberalização dos anos 1980. (PECK E TICKEL, 2002)

Anderson (1995, p. 16) defende que uma das razões fundamentais para essa reanimação do projeto neoliberal foi a vitória do neoliberalismo na Europa Oriental e na União Soviética com a queda do comunismo tendo ocorrido o mesmo momento em que no ocidente o neoliberalismo mostrava claros limites, uma vez que o “não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80”.

A moratória do México foi o evento chave que tornou o FMI e o Banco Mundial nos centros de propagação e implantação das “boas práticas” de governança capitalista de livre-mercado, fundamentadas no ideário da ortodoxia neoliberal, em troca de reescalonamento da dívida em países endividados. Além disso, passou a haver “uma dramática redução da separação entre capital monetário que recebe dividendos e juros, de um lado, e capital produtivo, manufatureiros ou mercantil em busca de lucros, do outro”, aliada ao crescimento da redução das barreiras e restrições regulatórias da atividade financeira. A extensão do poder financeiro passou a ocupar todos os espaços, aprofundando o domínio das finanças sobre todas as outras áreas, inclusive da vida, a financialização de tudo. (HARVEY, 2014, p. 41)

Mas o neoliberalismo não alcançou o êxito prometido. Os efeitos de redistribuição e desigualdade social cada vez maior são características tão presentes no neoliberalismo que podem ser consideradas estruturais ao seu projeto. HARVEY (2014) As medidas tomadas

com o objetivo de reanimar o capitalismo e restaurar as taxas de crescimento dos Anos Dourados não atenderam as expectativas. Além disso, a desregulamentação financeira favoreceu a inversão especulativa em lugar da produtiva. (ANDERSON, 1995)

Assim, a fim de compreender a evolução do processo de neoliberalização e sugerir possíveis cenários de contra neoliberalização, Brenner, Peck e Theodore (2012) ressaltam a importância de enxergar as três dimensões analíticas do processo de neoliberalização, no sentido de dimensões da reestruturação regulatória associadas à neoliberalização transnacional. As três dimensões sumarizadas no quadro 3 são:

- 1 - experimentos regulatórios: projetos específicos de locais, territórios e escalas, elaborados para impor, intensificar ou reproduzir modalidades de governança disciplinadas pelo mercado;
- 2 - sistemas de transferência interjurisdicional de políticas: mecanismos institucionais e redes de compartilhamento de conhecimentos através dos quais protótipos de políticas neoliberais circulam por locais, territórios e escalas, geralmente transnacionalmente, para serem reempregados em outro local;
- 3 - regimes de normas transnacionais: arranjos institucionais em larga escala, arcabouços regulatórios, sistemas legais e revezamentos de políticas impostas em formas contextualmente específicas de experimentação de políticas e reorganização regulatória.

O quadro 3, elaborado por Brenner, Peck e Theodore (2012, p. 26) é uma “periodização estilizada dos processos de neoliberalização [em que] as três dimensões da reestruturação regulatória não mais servem como categorias ideais-típicas, mas são agora mobilizadas para iluminar a evolução histórico-geográfica dos próprios processos de neoliberalização.” As células sombreadas representam a sobreposição da reestruturação regulatória neoliberal sobre os sistemas regulatórios anteriores, coexistente com outras formas de regulação, já que, como foi dito anteriormente, o neoliberalismo não é a única tendência existente.

**Quadro 3. Da neoliberalização desarticulada à neoliberalização profunda/aprofundada: um esboço estilizado**

	Formas contextualmente específicas de experimentação regulatória	Sistemas de transferência interjurisdicional de políticas	Regimes de normas e processos de parametrização
Década de 1970	<i>Neoliberalização desarticulada</i> Os projetos de neoliberalização assumem formas específicas de lugares, territórios e escalas em um contexto geoeconômico 'hostil', ainda definido por arranjos regulatórios keynesianos e tendências emergentes de crises	Intensificação de formas neokeynesianas de transferência transjurisdicional de políticas em resposta à volatilidade geoeconômica penetrante, especialmente na zona da OCDE  Tendência de surgimento de formas neoliberalizadoras de transferência de políticas em vetores geopolíticos intersticiais (e.g. de Chicago para Santiago)  Aceleração das críticas ideológicas às doutrinas econômicas keynesianas: sinais cada vez mais evidentes de crise sistêmica no regime de normas internacional do liberalismo incrustado do pós-guerra	
Década de 1980	Intensificação contínua das formas impulsionadas pelo mercado de experimentação regulatória e reforma institucional em várias escalas espaciais e em zonas estratégicas (e.g. EUA, Reino Unido, América Latina)  Tendência de enfraquecimento/exaustão das redes neokeynesianas de transferência de políticas, em conjunto com buscas intensamente contestadas por novas 'correções institucionais' para resolver crises georregulatórias persistentes  Tendência ao adensamento, transnacionalização, recursão mútua, integração programática e coevolução de redes de políticas orientadas para experimentos regulatórios e reformas institucionais impulsionados pelo mercado (e.g. monetarismo, liberalização, privatização, empreendedorismo urbano, governança reinventada)		Tendência à destruição do 'constitucionalismo progressivo' em escalas globais, supranacionais e nacionais  Tendência à consolidação de um 'novo constitucionalismo' pela redefinição impulsionada pelo mercado de várias instituições regulatórias globais, supranacionais e nacionais
Década de 1990	<i>Neoliberalização Profunda/Aprofundada</i>		
	Sendo ou não explicitamente impulsionadas pelo mercado ou restritoras do mercado, as formas contextualmente específicas da experimentação regulatória e da reforma institucional são cada vez mais moldadas dentro de parâmetros amplamente neoliberalizados ou das 'regras do jogo'  Sistemas neoliberalizados de transferência de políticas são cada vez mais mobilizados para abordar as tendências de crise e as contradições engendradas através de séries anteriores de reestruturação regulatória impulsionada pelo mercado  Arcabouços institucionais macroespaciais passam a ser remodelados em termos neoliberalizados – parâmetros baseados no mercado são, assim, cada vez mais impostos a escalas subordinadas de experimentação regulatória		

Fonte: BRENNER, PECK E THEODORE (2012, p. 28)

Nas regiões neoliberais o projeto neoliberal de ampliar e reforçar as lógicas de mercado avança com a coexistência complexa de uma gestão econômica tecnocrática cada vez mais despolarizada e baseada em manipulação de taxa juros, no controle inflacionário, livre comércio e mercado de trabalho flexível, com políticas sociais invasivas, contraditoriamente, com uma agenda profundamente intervencionista sobre questões como crime, imigração, policiamento, reforma do bem-estar social, ordem e vigilância urbana e regeneração comunitária. (PECK e TICKELL, 2002)

Por fim, como se pode observar, o neoliberalismo ainda é um projeto inacabado e, portanto, como bem afirma Anderson (1995, p. 20), “qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo”, embora saiba que socialmente o neoliberalismo criou sociedades marcadamente desiguais. Propostas alternativas ao seu programa regulatório tão nocivo devem ser formuladas observando-se a natureza de seus movimentos de incorporação e imposição entre os locais, significando que os objetivos estratégicos para a oposição ao

neoliberalismo devem incluir “a reforma das prioridades macroinstitucionais e a reconstrução de sistemas de regras extralocais em campos como comércio, finanças, meio ambiente, combate à pobreza, educação e política trabalhista.” (PECK e TICKEL, 2002. P. 401) Portanto, estes autores acreditam que a derrota dos neoliberalismos locais depende de uma resposta adequada e enquadrada em termos substancialmente extralocais.

### 1.3 Considerações

Foi visto que o conceito de desenvolvimento sofreu transformações ao longo do tempo e das necessidades de encontrar melhores indicadores e maneiras de mensurar o bem-estar humano para além do nível de renda pessoal e agregada. Cada vez mais se percebeu que o desenvolvimento dependia de múltiplos fatores, histórias, trajetórias e não é somente uma questão do presente, mas também do futuro das gerações vindouras. A questão do uso sustentável dos recursos naturais passou a ser fator imprescindível para a sobrevivência no planeta, ao menos com a mesma qualidade de vida atual. Todas as correntes, algumas menos, outras mais, de algum modo estavam preocupadas com o crescimento econômico e com o desenvolvimento, tendo em vista alguma ideia de incremento, melhoramento, aprimoramento, seja quantitativo ou qualitativo.

O que vemos desde meados da década de 1970 é uma crescente preocupação em manter níveis chave de indicadores macroeconômicos dentro de um certo limite para se obter ambientes favoráveis ao rendimento, ao pagamento da dívida e da manutenção do mercado, principalmente o financeiro, que se expande cada vez mais para além dos limites da produção, do consumo e dos rendimentos, alcança e regula até mesmo espaços, instituições, indivíduos e suas psiques. O neoliberalismo como uma ideia naturalizada e autorrealizadora, se infiltra tal qual um vírus aonde chega e inicia a transformação de tudo em e em benefício do mercado, causando uma verdadeira modificação nos regimes regulatórios anteriores, e é neste ponto que ele é camuflado e se torna difícil de identificar. É próprio do neoliberalismo associar-se a ideias divergentes para que possa sobreviver.

Assim é o neoliberalismo, que parece ir à contramão das evidências<sup>9</sup> de que o mercado mundial precisa de algum tipo de regulação para que sobreviva ao futuro de recursos escassos e as crises que o capitalismo por si só pode gerar. Não são centrais para o neoliberalismo as questões do desenvolvimento, afinal, até mesmo a desigualdade é aceitável, para não dizer benéfica, para o funcionamento do sistema. Como é possível atingir e/ou promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades a partir de ideias como estas? Parece paradoxal que ambientes regulados pelo neoliberalismo busquem algo além da extração de rendas financeiras. Se a qualidade de vida está associada, inclusive, a liberdades pessoais, como um regime regulatório neoliberal que se associa a formas coercivas de governo e de redução de direitos e liberdades para manter o controle pode, ao mesmo tempo, ser promotor do desenvolvimento? Pelo contrário, o neoliberalismo se mostra evidentemente predatório. Por isso, o neoliberalismo é incompatível com os cinco pilares do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>9</sup> Em 2016, o próprio FMI publicou um artigo em que Ostry, Loungani e Furceri (2016), discutiram a validade dos preceitos neoliberais e seus resultados após décadas de neoliberalização e a crise de 2008.

Como foi visto anteriormente, uma boa resposta ao neoliberalismo se encontra no ambiente macroinstitucional e extralocal. A possível alternativa ao avanço neoliberal pode estar na associação de objetivos globais e de desenvolvimento sustentável das cidades, onde está concentrada a maior parte da população. No capítulo 3 será feita a análise dessa possível associação, enxergando no horizonte um cenário de contraneoliberalização em curso de dentro das instituições globais, como a ONU, para os locais em especial as cidades. Mas antes é preciso compreender a origem da agenda global aqui estudada e do principal objetivo de nosso interesse, senão o mais importante, o ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis.

## **CAPÍTULO II DOS ODM AOS ODS: UMA BREVE HISTÓRIA DOS OBJETIVOS GLOBAIS**

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são uma segunda geração de objetivos globais para o desenvolvimento e, portanto, possuem antecedentes históricos e contextos que levaram a criação da atual agenda. O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve história dos objetivos globais e definir o que são os ODS e suas principais características hoje. Para tanto, realizou-se um levantamento da história sobre o tema e análise de documentos oficiais das principais organizações mundiais responsáveis pela definição dos objetivos globais. Deste modo, observa-se que os ODS são fruto de debates e disputas que representam uma grande variedade de interesses e perspectivas e que, o objetivo número 11 encerra o entendimento da importância das questões urbanas para o desenvolvimento sustentável.

### **2.1 O Que Foram Os ODM?**

Na década de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) ampliou o escopo de objetivos globais para o desenvolvimento com a definição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), reunindo em uma só agenda um conjunto de metas a serem alcançadas pelos países signatários até o ano de 2015. Os oito objetivos principais eram erradicar a extrema pobreza e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a equidade de gênero e capacitar a mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a HIV/AIDS, malária e outras enfermidades, assegurar sustentabilidade ambiental e desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento (ONU, 2000).

Como esperado, os ODM impactaram as estratégias para o desenvolvimento mundial e alguns objetivos foram alcançados ou parcialmente alcançados pelos países signatários, como no Brasil, onde algumas metas foram cumpridas, como redução da extrema pobreza e da fome. (IPEA, 2014)

A Declaração do Milênio das Nações Unidas foi um documento histórico para o século XXI, aprovado em setembro de 2000, em Nova Iorque, refletindo a preocupação de 191 países participantes com a pobreza extrema e a fome, elaborado a partir das conversações que levaram em consideração as reuniões regionais e o Fórum do Milênio. Nas palavras do então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, os ODM foram criados “para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Prefácio da versão em português da Declaração do Milênio disponível no endereço eletrônico do Centro Regional de Informação das Nações Unidas: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2017.18

#### Quadro 4. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

<b>OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO</b>	
<b>ODM 1</b>	<b>ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME</b> Reduzir pela metade, até 2015, a porcentagem de habitantes do mundo com rendimentos inferiores a um dólar por dia e das pessoas que passam fome, que não tem acesso a água potável ou carecem de meios para obtê-la.
<b>ODM 2</b>	<b>EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS</b> Fazer com que as crianças de todo o globo (meninos e meninas) pudessem concluir um ciclo completo de ensino primário que tivessem acesso igual a todos os níveis de ensino.
<b>ODM 3</b>	<b>IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER</b> Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes para o combate a pobreza, a fome e as doenças e de promoção de um verdadeiro desenvolvimento sustentável.
<b>ODM 4</b>	<b>REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL</b> Reduzir a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços.
<b>ODM 5</b>	<b>MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES</b> Reduzir a mortalidade materna em três quartos, em relação às taxas da época.
<b>ODM 6</b>	<b>COMBATER A HIV/AIDS, MALÁRIA E OUTRAS ENFERMIDADES</b> Inverter a tendência de propagação do HIV/AIDS e outras doenças graves e prestar assistência especial às crianças órfãs devido àquela doença.
<b>ODM 7</b>	<b>QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE</b> Não poupar esforços para libertar toda a humanidade da ameaça de viver em meio a destruição do planeta causada pelas atividades humanas, com recursos insuficientes para a satisfação das necessidades.
<b>ODM 8</b>	<b>TUDO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO</b> Estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento.

Fonte: (ONU, 2000)

A intenção dos formuladores da Declaração do Milênio era selar um pacto mundial para a promoção do desenvolvimento humano, principalmente dos menos favorecidos, buscando a dignidade humana, a igualdade e a equidade. No documento estão destacados os valores fundamentais (liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade comum) considerados essenciais para as relações internacionais e para a definição do conjunto de objetivos chave no século XXI. Esses objetivos norteadores são a

paz, segurança e desarmamento; o desenvolvimento e a erradicação da pobreza; proteção do nosso ambiente comum; direitos humanos, democracia e boa governança; proteção dos grupos vulneráveis; responder às necessidades especiais da África; e reforçar as nações unidas. (ONU, 2000)

Hulme (2009) destaca que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio “diferem de todas as outras promessas globais de redução da pobreza em sua natureza abrangente e nos esforços sistemáticos desenvolvidos para financiá-las, implementá-las e monitorá-las” (tradução minha), mas o autor observa que essa não foi a primeira vez que promessas globais foram elaboradas para erradicar ou reduzir rapidamente a privação humana e que seus antecedentes podem ser encontrados no discurso das Quatro Liberdades do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em 1941 e na Declaração dos Direitos Humanos de 1948<sup>11</sup>.

A partir da década de 1960 o debate e o estabelecimento sobre metas de desenvolvimento internacionais tomaram força na Assembleia Geral da ONU em que os governos concordavam com metas e diretrizes com tempo determinado para serem cumpridas, visando influenciar a ação nacional e internacional e dar assistência ao desenvolvimento (JOLLY, 2003), mas apesar de ter sido considerada a primeira Década do Desenvolvimento da ONU, não foram criados processos para monitorar essas metas e mecanismos para produzir planos de ação, ficando os resultados muitas vezes aquém do esperado (HULME, 2009).

Na década de 1980, marcada como a “década perdida” do desenvolvimento, a ONU teve sua influência reduzida enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial aumentaram a sua influência acompanhada de uma mudança no cenário intelectual da época – a ascensão do ideário neoliberal - à medida que impunham políticas de ajustamento estrutural, uma receita de liberalização, privatizações e redução do Estado ao crescente número de países pobres que recorriam a essas instituições em busca de empréstimos, mas esse modelo de desenvolvimento mostrou-se incapaz de conduzir um desenvolvimento sólido e duradouro nos países menos desenvolvidos, o que deu espaço para a retomada das conferências da ONU na década de 1990 (HULME, 2009).

O esforço em definir uma lista de objetivos passou a ser empreendido a partir da década de 1990 por diferentes organizações multilaterais, a ONU, o Banco Mundial, o FMI, OCDE e o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) do Reino Unido, com foco na redução da pobreza mundial. As diferentes ideologias dos grupos que compunham essas organizações colocaram em movimento uma via de mão dupla no processo que produziu diferentes conjuntos de objetivos de redução da pobreza que se condensaram nos ODM após inúmeras discussões e negociações entre as agências. (HULME, 2009)

Em 2000, FMI, OCDE, ONU e Banco Mundial lançam um documento em comum intitulado Um Mundo Melhor para Todos: Progressos em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Internacional. Ao mesmo tempo, a ONU fazia um exercício similar e mais complicado devido à quantidade e diversidade de membros e também porque ainda havia dúvidas se a Declaração do Milênio forneceria grandes visões ou metas estreitas, ou ambas. Enquanto isso, a OCDE liderava os esforços para lançar seus próprios objetivos, os Objetivos de Desenvolvimento Internacional, que se tornaram a base dos ODM. (HULME, 2009)

---

<sup>11</sup> O documento da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 está disponível on-line em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/217\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III))> Acesso em: 14/04/2017

Embora considerados um sucesso, os ODM também têm sido amplamente criticados. Muitos objetivos foram alcançados e tiveram efeitos surpreendentes, sendo mais eficazes do que o esperado como discurso dominante de desenvolvimento, mas seus efeitos não foram todos benignos. É o que afirma Fukuda-Parr (2016) que também defende que os ODM apresentaram uma visão simplista das necessidades básicas sem reconhecer as causas profundas da pobreza embutidas nas relações de poder e aprofundadas pelos atuais modelos econômicos de globalização neoliberal, que priorizam o lucro em detrimento dos direitos humanos.

Como um processo, muitos salientaram que os ODM minam os debates de políticas em andamento com as metas que eram pouco ambiciosas ou irrelevantes para os desafios atuais, agendas locais e dinâmica política. Além disso, o imperativo de seguir os ODM era confuso, particularmente porque os ODM eram inconsistentes com os objetivos das conferências de várias agências da ONU, que vinham ocorrendo durante a década de 1990, por exemplo, o objetivo da fome na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 era reduzir o número de pessoas subnutridas, mas a meta dos ODM reviu isto para reduzir a proporção da população em desnutrição. Economistas heterodoxos também argumentaram que os ODM eram mal direcionados e que não se questionou o modelo econômico neoliberal, que não estava conseguindo produzir trabalho decente e estava exacerbando as desigualdades, ignorando as questões-chave das reformas sistêmicas na economia global (FUKUDA-PARR, 2016).

A agenda dos ODM foi extraordinariamente estreita, refletindo um processo de elaboração que foi desvinculado do processo consultivo e reflexivo que definiu as agendas de desenvolvimento durante a década de 1990 e que monitorava sua implementação. Por isso, alguns dos desafios contemporâneos mais prementes foram deixados de fora: desigualdade, desemprego e salários estagnados, as alterações climáticas, a volatilidade do mercado financeiro, a migração, a ineficácia das instituições globais para gerir a globalização, dentre outros temas. As negociações para a agenda pós-2015, assim desencadearam uma mobilização maciça para corrigir as deficiências dos ODM. Os ODM comunicaram um conceito simplificado de desenvolvimento como o atendimento das necessidades básicas, despojado dos desafios das inclusões e da sustentabilidade, sem considerar a necessidade de reformar as instituições, enquadrando discursos e debates de desenvolvimento nessa visão estreita do que é desenvolvimento. (FUKUDA-PARR, 2016)

## **2.2 O Que São Os ODS Hoje?**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a renovada agenda global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os 17 Objetivos e 169 metas devem ser perseguidos na tentativa de atingir os resultados esperados de 2015 a 2030. Os objetivos são 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar, 4) educação de qualidade, 5) igualdade de gênero, 6) água limpa e saneamento, 7) energia limpa e acessível, 8) trabalho decente e crescimento econômico, 9) inovação infraestrutura, 10) redução das desigualdades, 11) cidades e comunidades sustentáveis, 12) consumo e produção responsáveis, 13) ação contra a mudança global do clima, 14) vida na água, 15) vida terrestre, 16) paz, justiça e instituições eficazes, 17) Parcerias e meios de implementação. (quadro 6)

Os Objetivos e metas estimularão a ação em cinco áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos, como descrito no quadro 05:

### Quadro 5. Áreas de importância do desenvolvimento sustentável

<p><b>Pessoas</b> - acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.</p> <p><b>Planeta</b> - proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras.</p> <p><b>Prosperidade</b> - assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.</p> <p><b>Paz</b> - promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Parceria</b> - mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas.</p>
--

Fonte: ONU (2015, p. 2)

A nova agenda engloba as três dimensões do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Os objetivos são abrangentes, ambiciosos e universais, o que significa que se aplicam a todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, enquanto os ODM foram direcionados somente a estes últimos. Segundo Fukuda-Parr (2016), os ODM se basearam em uma concepção estreita do desenvolvimento ao focarem e se limitarem a pobreza extrema e seu alívio, entendido como a satisfação das necessidades básicas. Durante décadas, o foco do desenvolvimento se concentrou em ampliar a capacidade produtiva das economias para viabilizar a melhoria dos padrões de vida das pessoas. Em contraste, os ODS são sobre desenvolvimento sustentável. Isso incorpora a erradicação da pobreza como objetivo central, mas a nova agenda inclui metas ambientais, sociais e de sustentabilidade econômica. Outra novidade em relação aos ODS é que eles são indivisíveis, ou seja, não é possível perseguir um dos objetivos sem que outros formem um conjunto, o que torna sua consecução mais completa e complexa. (PNUD, 2016)

### Quadro 6. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
<b>ODS 1</b>	<b>ERRADICAÇÃO DA POBREZA</b> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
<b>ODS 2</b>	<b>FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</b> Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Fonte: ONU (2015)

## Quadro 6. (Continuação)

<b>ODS 3</b>	<b>SAÚDE E BEM-ESTAR</b> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
<b>ODS 4</b>	<b>EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b> Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
<b>ODS 5</b>	<b>IGUALDADE DE GÊNERO</b> Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
<b>ODS 6</b>	<b>ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</b> Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
<b>ODS 7</b>	<b>ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</b> Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
<b>ODS 8</b>	<b>TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</b> Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
<b>ODS 9</b>	<b>INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</b> Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
<b>ODS 10</b>	<b>REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</b> Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
<b>ODS 11</b>	<b>CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</b> Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
<b>ODS 12</b>	<b>CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</b> Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
<b>ODS 13</b>	<b>AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</b> Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
<b>ODS 14</b>	<b>VIDA NA ÁGUA</b> Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
<b>ODS 15</b>	<b>VIDA TERRESTRE</b> Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
<b>ODS 16</b>	<b>PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</b> Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
<b>ODS 17</b>	<b>PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</b> Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2015)

Os ODS surgiram da Conferência Rio + 20, em 2012, impulsionados pelos ministros do meio ambiente, de países do Norte e do Sul, e especialmente de países de renda média, como o Brasil e a Colômbia. À medida que os debates sobre os a nova agenda foram iniciados em julho de 2012, o Secretário-Geral da ONU estruturou uma discussão para definir a agenda pós-2015 e, em paralelo, o processo da Conferência Rio + 20 adotou uma agenda que incluiu uma iniciativa para elaborar e definir os ODS, que seriam gerenciados por um grupo

intergovernamental. Estes dois processos prosseguiram em paralelo e combinaram-se ao longo do tempo para elaborar a declaração a ser adotada na Assembleia Geral de 2015, englobando tanto a agenda como os objetivos (FUKUDA-PARR, 2016).

A negociação dos ODS envolveu, além dos 193 países-membros da ONU, a participação da sociedade civil e outros grupos interessados, como o setor privado e governos locais, que “puderam dialogar diretamente com representantes dos governos” em mais de dois anos de consulta pública intensiva, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis, incluindo os trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelo Secretariado das Nações Unidas, apresentados em relatório síntese do Secretário-Geral em dezembro de 2014. (ONU, 2015) Isso levou à representação de uma grande variedade de interesses e perspectivas ao contrário dos ODM que “foram produzidos por um grupo de especialistas ‘a portas fechadas’”. Além disso, vários jovens também foram envolvidos na elaboração dos ODS, a partir da pesquisa global “Meu Mundo” da ONU e em redes sociais desde o começo. (PNUD, 2016, p. 19)

Os formuladores dos ODS buscaram superar algumas restrições dos ODM, tornando-os indivisíveis, mais abrangentes e universais. Os ODS diferem dos ODM não apenas no número de objetivos e metas, mas em seu próprio propósito, concepção e processo político que dirigiu sua elaboração. Primeiro, os ODM eram uma agenda de ajuda norte-sul, com objetivos principalmente relevantes apenas para os países em desenvolvimento, como dito anteriormente. Segundo, os ODM foram impulsionados por ministros do desenvolvimento e chefes de agências de desenvolvimento que procuraram desenvolver uma nova lógica de ajuda internacional no contexto geopolítico pós Guerra Fria e da globalização neoliberal, embora tenham sido úteis na comunicação de um claro propósito de desenvolvimento para mobilizar o apoio público. Por outro lado, os ODS fazem parte de uma agenda global para desenvolvimento sustentável e universal, ou seja, que estabelece metas para todos e não apenas para os países ditos pobres, sendo tão relevantes para os países avançados quanto para aqueles. (FUKUDA-PARR, 2016)

A agenda mais ampla dos ODS reflete não apenas uma mudança nas prioridades, mas uma reversão da abordagem dos ODM, pois contrariam o princípio de que as metas globais devem ser curtas e memoráveis, além de alguns objetivos e metas focarem em conceitos e processos qualitativos, como sustentabilidade e inclusão, que não podem gerar resultados tangíveis e mensuráveis como os dos seus precursores. Além disso, os ODS são adaptáveis nacionalmente, ao contrário dos ODM, que negligenciavam os contextos nacionais, tornaram tendenciosos e injustos para os países mais atrasados com os maiores desafios para atingir as metas até 2015. A agenda 2030 “leva em conta as diferentes realidades nacionais, as capacidades e os níveis de desenvolvimento, respeitando as políticas e prioridades nacionais” e reconhece que “cada país enfrenta desafios específicos em sua busca do desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Assim, os ODS permitiram a superação da ideia equivocada de simplicidade como uma virtude no estabelecimento de metas globais. (FUKUDA-PARR, 2016).

Somado a isso, houve o reconhecimento de que as escalas regional e local são fundamentais para o alcance das metas como defendido pela própria ONU no Roteiro para Localização dos ODS (RLODS), traduzido, que também foi adaptado ao contexto brasileiro e publicado em 2016, com o objetivo de fornecer um guia de localização dos objetivos de forma que agentes locais e regionais possam adaptar, coordenar e acompanhar políticas públicas a nível subnacional alinhadas com os ODS. (ONUBR, 2016).

Com a publicação do o “Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RLODS): Implementação e Acompanhamento no nível subnacional”, elaborado pela Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, o PNUD e a ONU-Habitat, em 2016, defende-se a ideia de que a “realização dos ODS depende, mais do que nunca, da capacidade dos governos locais e regionais em promover o desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável” (ONUBR, 2016, p. 13).

Localização, segundo o roteiro, “é o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso”, tanto por meio de ações “de baixo para cima” como de que forma os “ODS podem fornecer um arcabouço para uma política de desenvolvimento local”. (ONUBR, 2016, p. 12)

Além de reconhecer que os governos locais e regionais são fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável, o documento objetiva apoiar e dar suporte a governos locais, regionais e suas associações para influenciar, implementar e acompanhar “políticas públicas visando à criação de um ambiente favorável para a ação no nível local e regional” com base na Agenda 2030 e oferece estratégias adaptáveis “a contextos específicos e a necessidades de diferentes cidades e regiões” e, para isso, traz casos e experiências de boas práticas para que sirvam de exemplos a serem seguidos e reproduzidos. Desta forma, “O conjunto de ferramentas fornece recursos concretos e práticos para: I. Aumentar a conscientização e defender o papel ativo dos atores locais na localização dos ODS; II. Apoiá-los a tomar decisões que contribuam para o alcance dos ODS.” (ONUBR, 2016, p. 9)

Para isso o RLODS propõe a promoção estratégias para a apropriação local das estratégias nacionais como fundamental e, portanto, “todas as esferas do governo devem trabalhar para construir um consenso nacional que coloque os ODS no centro do desenvolvimento nacional, regional e local”. Além disso, recomendam que os governos subnacionais resistam pró-ativamente a abordagens “de cima para baixo”, evitando que decisões unilaterais sejam implementadas em detrimento das prioridades locais, procurando garantir, portanto, “que o processo seja ‘de baixo para cima’, e, que as necessidades, prioridades e expectativas locais determinem as estratégias nacionais”. (ONUBR, 2016, p. 35) “Os governos locais e regionais também devem trabalhar com os governos centrais para melhorar as suas capacidades de empréstimo e explorar formas inovadoras de financiamento do governo local como, por exemplo, por meio de parcerias com o setor privado” (ONUBR, 2016, p. 40).

Segundo o RLODS a localização dos ODS e os ODS são uma oportunidade de fortalecer a descentralização do poder e a de fortalecer novas formas de governança cooperativa multinível, que seriam políticas públicas produzidas por relação colaborativa horizontal e/ou vertical, com três condições, que seriam o “princípio da subsidiariedade, o respeito à autonomia local e o diálogo estruturado tendo por base a confiança mútua entre os atores” (ONUBR, 2016, p. 43).

## 2.3 A Dimensão Urbana Dos ODS

Reconhecendo a importância das cidades para o desenvolvimento e também a necessidade da superação dos problemas urbanos, os ODS têm como um dos objetivos tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o objetivo número 11 (Quadro 7), direcionado especificamente às cidades. Isso mostra que a ONU e os representantes das nações envolvidas no processo de decisão dos objetivos dão expressiva importância e estão preocupados com as questões urbanas. Na Declaração da Agenda 2030, há o reconhecimento explícito de que,

[...] o desenvolvimento urbano e a gestão sustentável são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo. Vamos trabalhar com as autoridades locais e as comunidades para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, de modo a fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego. Reduziremos os impactos negativos das atividades urbanas e dos produtos químicos que são prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, inclusive por meio da gestão ambientalmente racional e a utilização segura das substâncias químicas, da redução e reciclagem de resíduos e do uso mais eficiente de água e energia. E vamos trabalhar para minimizar o impacto das cidades sobre o sistema climático global. Levaremos também em conta as tendências e projeções populacionais nas nossas estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas, rurais e nacionais. (ONU, 2015)

Parnell (2016) destaca que nem sempre houve um consenso global sobre questões urbanas, mas que os debates sobre um compromisso supranacional ou transnacional sobre desenvolvimento de cidades ocorreram antes mesmo da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, para discutir detalhes sobre detalhes técnicos da política colonial. As cidades desse período foram tratadas como locais de ação desenvolvimentista em questões setoriais como água, habitação ou saúde, em detrimento da integração espacial e funcional dos assentamentos urbanos. Nos anos anteriores e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, houve debates sobre medidas de bem-estar urbano em territórios coloniais mantidos pelo Ocidente e em relação à reconstrução urbana pós-guerra na Europa, momento em que as cidades emergentes da África, América Latina e Ásia não receberam prioridade nas deliberações internacionais do Plano Marshall ou no projeto inicial dos acordos de Bretton Woods. Foi com a onda de independências nas décadas de 1950 e 1960 e com a ênfase na construção na nação que as questões urbanas, o governo local, o planejamento e a gestão da cidade passaram a figurar cada vez mais dentre as prioridades globais de desenvolvimento.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 o consenso internacional sobre o desenvolvimento urbano para o sul global ficou adormecido e esse vácuo de política deixou a África, Ásia e América Latina sem muita reflexão ou intervenção global até o aumento do interesse das agências multilaterais de empréstimo pelas cidades como possíveis tomadoras de empréstimos para fornecer infraestrutura em massa necessária para atender às necessidades básicas dos moradores da cidade. O primeiro impulso real para um debate global sobre política urbana, foi moldado em grande parte pelas visões do Banco Mundial, sob a rubrica da Habitat I em 1976, sobre que valores e intervenções prioritários podem ser incluídos nas cidades<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Parnell (2016) analisa todo o processo de desenvolvimento e elaboração das proposições das agendas globais urbanas expressas nas conferências da Habitat I, II até a discussão para a Habitat III.

Assim, o ODS 11 se torna essencial e central como forma de integrar a dimensão urbana aos demais ODS. Este objetivo “é fruto de um trabalho de defesa da comunidade urbana - particularmente associações governamentais locais e regionais. Este trabalho é resultante do crescente reconhecimento internacional da importância da dimensão subnacional do desenvolvimento.” (ONUBR, 2016, p.12). No entanto, enquanto o ODS 11 fornece um lugar para as cidades na mesa de formulação de políticas da ONU, a substância da agenda não vai além da designação de metas e alguns indicadores, o que recai sobre a Habitat III<sup>13</sup>. (PARNELL, 2016)

## Quadro 7. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11

### **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Fonte: ONU (2015, p.30).

<sup>13</sup> Parnell (2016) discute com mais profundidade sobre a agenda da Habitat III.

O quadro 8 destaca os principais conceitos utilizados no título do ODS 11, de acordo com o Glossário do Objetivo Número 11 produzido pela ONU Brasil.

### Quadro 8. Principais conceitos do ODS 11

<b>Cidades</b>	Não há um consenso para o conceito de cidades, que varia de país a país, dificultando comparações diretas.
<b>Assentamentos humanos</b>	Conceito integrador que compreende componentes físicos de abrigo e infraestrutura, bem como serviços, como educação, saúde, cultura, bem-estar, lazer e nutrição.
<b>Inclusão</b>	O conceito de inclusão, no planejamento, reconhece que todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano. Em termos de processo, promove a participação no planejamento e a diversidade de representação. Em termos de resultados, promove o acesso de todos a serviços, empregos e oportunidades, e à vida cívica e política da cidade.
<b>Segurança</b>	Refere-se ao ato ou efeito de segurar, à qualidade do que é ou está seguro. Trata-se do “conjunto das ações e dos recursos utilizados para proteger algo ou alguém”, que serve para diminuir os riscos ou os perigos; que serve de base ou que dá estabilidade ou apoio.
<b>Resiliência</b>	A capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver distúrbios, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e mudança. A ONU-Habitat complementa que, no âmbito do ODS 11, quando se fala de resiliência, não se trata somente de reduzir o risco e o dano proveniente de um desastre, mas também da habilidade de voltar rapidamente ao estado de normalidade.
<b>Sustentabilidade</b>	Assumem o conceito do Relatório de Brundtland, mas destacam que o conceito de sustentabilidade não se limita à dimensão ambiental, mas envolve igualmente, pelo menos, mais duas dimensões: a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Fonte: Trechos retirados do Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11. (ONUBR, 2018)

Para Parnell (2016), com O ODS 11, é a primeira vez que se estabelece posição global única de política urbana em uma só agenda que trata da funcionalidade social, econômica e ambiental das cidades e do sistema urbano, em contraste com compromissos prévios de desenvolvimento setorial em relação ao que eram em grande parte, mas não exclusivamente, questões urbanas. Além disso, apesar de a definição do que é uma cidade ser frustrada tanto nos ODM quanto na documentação da agenda pós-2015, o ODS 11 sinaliza inequivocamente o imperativo da visão integrada de desenvolvimento sustentável urbano que não exclua as três dimensões do desenvolvimento assim como um reconhecimento implícito de que a

concentração espacial de recursos e fluxos nas cidades pode funcionar como motor do desenvolvimento sustentável.

## **2.4 Considerações**

A diversidade de interesses e perspectivas que levaram a uma lista tão abrangente de metas que incorpora diferentes facetas do desenvolvimento revela que os ODS foram construídos com base em diversos enfoques e posições teóricas sobre o conceito de desenvolvimento. No entanto, essa construção está inserida em um contexto de regulação neoliberal mundial.

É importante ressaltar que a elaboração dos ODM e dos ODS coincide com dois momentos diferentes de reestruturação neoliberal. A discussão e o debate em torno da definição de metas até a especificação dos ODM prolongou-se por toda a década de 1990 até o ano 2000, mesma década em que ocorria uma terceira rodada de neoliberalização caracterizada pelo aprofundamento da institucionalização das agendas de reformas disciplinadas pelo mercado e de outras reformas e rearranjos jurídico-institucionais mundiais, multilaterais, supranacionais e em todos os níveis. (BRENNER, PECK e THEODORE, 2012).

Já os ODS foram elaborados e instituídos no contexto pós-crise de 2008, cujos efeitos e consequências levaram, pela primeira vez, ao questionamento das instituições regulatórias neoliberais e de suas ideias. No entanto, Peck, Theodore e Brenner (2012) afirmam que a crise de 2008 não marcou o fim do neoliberalismo, mas tornou possível sua readaptação e uma consequente nova fase de reestruturação regulatória global cujas trajetórias “serão moldadas poderosamente pelas formas político-institucionais específicas de locais, territórios e escalas nas quais as séries anteriores de neoliberalização foram articuladas” (Brenner, Peck e Theodore, 2012, p. 36).

Com isso, no capítulo seguinte serão apresentadas algumas alternativas ao neoliberalismo para que se possa refletir sobre de que forma e se estas se associam ou podem se associar aos ODS e aos espaços urbanos como forma de estruturar cenários possíveis de contraneoliberalização em direção ao desenvolvimento sustentável global.

## **CAPÍTULO III O ODS 11 COMO FERRAMENTA CONTRANEOLIBERALIZANTE PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS**

O neoliberalismo atinge diretamente as cidades, pois são nos espaços urbanos que se concentram as pessoas no planeta atualmente, as disputas, os conflitos e o capital físico e financeiro. O crescimento desses espaços urbanos fez com que as cidades ganhassem maior atenção no cenário mundial, fomentando debates sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das cidades e a partir delas. É nas cidades que ficam mais evidentes os problemas e potencialidades do crescimento econômico e das dinâmicas do capitalismo, como a gentrificação, a segregação e a polarização espacial e social. Por isso, o objetivo deste capítulo é evidenciar que as cidades são importantes motores não só do crescimento econômico, como de mudança para um paradigma de desenvolvimento contraneoliberalizante socializador voltado para o bem-estar das pessoas. A ferramenta analisada aqui como meio de alcançar esse novo padrão de reestruturação é o ODS 11.

### **3.1 A Influência Neoliberal Nas Cidades**

Como se pode observar, as questões urbanas passaram a ter maior atenção no cenário mundial de discussão de políticas de desenvolvimento urbano conforme o crescimento dos espaços foi causando cada vez mais impactos nas sociedades, economias, territórios e meio ambiente. Como afirma Brenner (2013), hoje se reconhece que a infraestrutura sociomaterial urbana contribui diretamente para que ocorram transformações extraordinárias e consequências de longo prazo em todo o planeta e todas as formas de vida e que os espaços urbanos se tornaram essenciais para a vida política, econômica, social, cultural e socioambiental, influenciando significativamente o futuro do capitalismo.

Por isso é que os espaços urbanos são importantes para a compreensão de alguns dos limites, contradições e mudanças da expansão variada do projeto neoliberal que vem ocorrendo desde os anos 1990 em resposta às suas próprias contradições inerentes e que tendem a crises. As cidades se tornaram locais centrais, de um ponto de vista estratégico, tanto para o avanço irregular, reprodução, transmutação e reconstituição contínua do próprio neoliberalismo e dos projetos nos seus moldes, quanto como espaço de resistência a essa tendência. É nesse espaço urbano que se difundem, com particular intensidade, mas também fracassam, contraditoriamente, as políticas neoliberais, inovações e projetos institucionais políticos. (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009).

Com isso, Theodore, Peck, Brenner (2009) afirmam que, em muitos casos, o programa neoliberal foi diretamente incorporado às políticas urbanas tornando as cidades verdadeiros laboratórios institucionais para várias experiências com o objetivo de fortalecer economias locais com sua terapia já conhecida por promover a austeridade fiscal, a privatização, a desregulamentação, redução de custos e liberalização dos mercados, além da transformação

da visão do desenvolvimento para o gerenciamento e administração de cidades como se fossem empresas que devem competir para promover o “crescimento econômico orientado tanto para o mercado quanto para as práticas de consumo das elites, assegurando ao mesmo tempo a ordem e o controle das populações ‘excluídas’” (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009, p. 8, tradução minha).

Portanto, as consequências não poderiam deixar de ser um espaço visivelmente polarizado, em que convivem a opulência e a miséria simultaneamente. Brites (2017) afirma que o neoliberalismo ampliou a distância entre ricos e pobres, gerando maior diferenciação social, que por sua vez deriva de uma diferenciação espacial ou territorial, em cidades cada vez mais divididas cujas bases derivam de programas sem precedentes de planejamento, renovação urbana, gentrificação e expulsão dos pobres das áreas reavaliadas.

Como visto no capítulo 1, o neoliberalismo se expande de forma desigual, variada e dependente da trajetória nos territórios. Com isso, várias formas de urbanização neoliberal se desenvolvem de forma profundamente contraditória e desestabilizada. O planejamento instala a lógica de mercado neoliberal ajustando os interesses e capacidades de *private equity* e especulação imobiliária. Assim, a cidade neoliberal se caracteriza por promover ações governamentais voltadas para o mercado, o que torna mais crítico o acesso ao espaço urbano que por sua vez é construído favorecido por projetos elitistas de reabilitação e renovação urbana, novos ambientes residenciais, investimentos e empreendimentos especulativos, mas que convive paralelamente com estruturas urbanas precárias, processo que aprofunda a distância entre as classes pertencentes a cidade, levando a segregação e a gentrificação<sup>14</sup>. (BRITES, 2017)

Desta forma o neoliberalismo cria as próprias condições para a sua destruição, isso pode abrir espaço para lutas contra o neoliberalismo em todas as suas formas, pois pode-se prever que a cada vez mais as crises no projeto neoliberal irão abrir novas oportunidades estratégicas tanto para os movimentos reformistas quanto para os movimentos anti-hegemônicos, em que o espaço urbano será palco principal. (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009). É evidente que a superação de um regime regulatório que atingiu proporções hegemônicas como o neoliberalismo não é tarefa simples, muito menos deve ocorrer de forma isolada e pontual, ou vinda apenas de uma direção, seja local ou global,

As lutas locais em torno de habitação decente, serviços vitais e justiça ambiental, cada uma a seu modo, por exemplo, levantam alternativas progressistas relevantes ao neoliberalismo. No entanto, reverter o neoliberalismo também implicará uma regulação ampliada da própria cidade, na forma de medidas destinadas a lidar com os efeitos corrosivos da competição interurbana e da redistribuição regressiva. Uma das chaves para transcender o neoliberalismo é, portanto, a construção de novas formas de solidariedade urbana, entre cidades e dentro delas. (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009, p. 11, tradução minha)

Contudo, o que Theodore, Peck e Brenner (2009) questionam, e que é uma das reflexões do presente trabalho, é se as profundas contradições inerentes a atual forma urbanizada do neoliberalismo em expansão permitirá uma reapropriação do espaço urbano regimes mais progressistas ou radical-democráticos, ou se agendas neoliberais permanecerão consolidadas nas estruturas institucionais ligadas à governança urbana. De fato, esta questão

---

<sup>14</sup> Segundo Brites (2017, p. 578, tradução minha), “hoje, muitas cidades latino-americanas mostram que essas estratégias de planejamento urbano de diferentes escalas permitem a reapropriação da terra por proprietários privados e corporações”. O autor explora diversos exemplos de cidades latino-americanas que passaram por este processo de reestruturação neoliberal em seu artigo.

serve apenas como reflexão, uma vez que a resposta só virá com a observação e análise das agendas alternativas que convivem e disputam com o neoliberalismo pela hegemonia na reestruturação urbana e do sistema capitalista global.

### **3.2 Alternativas A Neoliberalização**

Segundo Harvey (2010), geralmente a questão de sugerir alternativas é encarada como se estas devessem levar a alguma proposta para a sociedade futura ou a qual caminho seguir para alcançá-las. No entanto, ele defende, são necessárias alternativas viáveis e possibilidades reais de mudança que podem ser feitas de duas maneiras: engajando-se a movimentos de oposição que já existem aproveitando-se de seu ativismo e de um programa de oposição de base ampla; ou recorrer a exames teóricos e práticos do cenário atual. Além disso, é preciso haver um diálogo entre os movimentos e os analistas, para que se possa aprofundar a compreensão coletiva e definir linhas de ação adequadas.

Como Harvey (2010, p. 216) tem uma perspectiva marxista, o autor sugere que “a massa da população tem que se resignar à trajetória histórica e geográfica definida pelo poder avassalador e cada vez maior da classe alta o reagir a ela em termos de classe”, cuja tarefa de uma política de classe rejuvenescida consiste em transformar os desenvolvimentos desiguais entre os Estados, causados pela neoliberalização, de passivo em ativo para governar e que “a classe de elite dirigente tem de ser enfrentada por uma política de alianças da esquerda favorável à recuperação dos povos locais dos poderes locais de autodeterminação”.

Já Brenner, Peck e Theodore (2012, p. 31) sugerem uma abordagem “que dê atenção, simultaneamente, a choques regulatórios globais e suas ramificações em locais, territórios e escalas específicos, e que, ao mesmo tempo, evite modelos dualísticos de transição e declarações a respeito da morte do neoliberalismo” e, com isso, esboçam vários cenários possíveis para as trajetórias futuras da reestruturação regulatória (quadro 9).

O cenário da neoliberalização zumbi se caracteriza pela manutenção e dominância do regime neoliberal apesar das consequências negativas derivadas da crise de 2008 e da ideologia neoliberal ser cada vez mais questionada. Aqui o que havia se consolidado durante a década de 1990 e início dos anos 2000 “pode ser recalibrado ou reconstituído para restringir certas formas de especulação financeira, mas sua orientação básica em direção à imposição de parâmetros disciplinados pelo mercado sobre economias supranacionais, nacionais, regionais e locais permanece dominante”, que mantém agendas de políticas sociais e econômicas subordinadas ao bom funcionamento e rentabilidade dos negócios. Com isso, há um aprofundamento dos arranjos regulatórios disciplinados pelo mercado, aceleração dos sistemas neoliberalizados de transferência interjurisdicional de políticas e um aprofundamento ainda maior de experimentação regulatória neoliberal em diferentes contextos. (BRENNER, PECK E THEODORE, 2012, p. 31)

## Quadro 9. Contraneoliberalização: caminhos e cenários futuros

	Regulatória	Políticas	Parametrização
Cenário 1: neoliberalização zumbi	<p>A ideologia neoliberal ortodoxa é gravemente abalada, mas há uma neoliberalização contínua de cada uma das três dimensões da reestruturação regulatória, frequentemente por meios tecnocráticos.</p> <p>As tendências de crise e as falhas dos arranjos regulatórios impulsionados pelo mercado contribuem para um arraigamento ainda maior dos projetos de neoliberalização como “soluções” putativas a dilemas regulatórios persistentes em escalas, territórios e contextos</p>		
Cenário 2: contraliberalização desarticulada	<p>Tendência à mobilização de experimentos regulatórios redistributivos, restritores do mercado e/ou regressivos em contextos dispersos e desarticulados, em escalas locais, regionais e nacionais</p>	<p>Neoliberalização contínua de sistemas de transferência de políticas e regimes de normas transnacionais</p> <p>Os projetos de contraliberalização permanecem relativamente fragmentados, desconectados e insuficientemente coordenados – não se infiltraram significativamente em arenas institucionais multilaterais, supranacionais ou globais</p> <p>Regimes de normas macroespaciais continuam a ser dominados pela lógica do mercado, apesar de críticas persistentes realizadas a partir de locais extrainstitucionais e de “instâncias inferiores” (e.g. o movimento de justiça global)</p>	
Cenário 3: contra-liberalização orquestrada	<p>Intensificação da orquestração, recursão mútua e coevolução tendencial de experimentos regulatórios redistributivos e restritores do mercado em contextos cada vez mais interligados</p> <p>Adensamento, intensificação e ampliação das redes de transferência de políticas com base em alternativas (progressivas ou regressivas) ao regime de mercado</p>		<p>Neoliberalização continuada dos regimes de normas: os projetos de contraliberalização podem começar a se infiltrar em instituições macroespaciais que estabelecem as regras (e.g. Banco Mundial, União Europeia), mas não conseguem reorientar suas tendências básicas voltadas ao mercado</p>
Cenário 4: socialização profunda	<p>Intensificação continuada de (formas progressivas ou reacionárias de) experimentação regulatória redistributiva, socializadora, reinscrutadora e restritora do mercado</p> <p>Elaboração contínua e consolidação transnacional de formas de transferência transjurisdicional de políticas que são redistributivas, socializadoras e restritoras do mercado</p> <p>Desestabilização/desmantelamento de regimes de normas neoliberais: construção de arcabouços alternativos, restritores do mercado, redistributivos e socializadores para a organização regulatória macroespacial</p>		

Fonte: BRENNER, PECK E THEODORE (2012, p. 32)

No entanto, Brenner, Peck e Theodore (2012, p. 33) afirmam que a crise econômica global oferece novas oportunidades estratégicas para “movimentos sociais e organizações políticas perseguirem essas agendas que restringem o mercado, enquanto disseminam críticas mais amplamente produtivas ao capitalismo neoliberalizado”. A contraneoliberalização desarticulada seria a segunda fase caracterizada pela permanência do regime de normas neoliberalizado e dos sistemas associados de transferência de políticas neoliberais simultaneamente a projetos de contraneoliberalização “relativamente desarticulados – isto é, são confinados a parâmetros localizados, regionalizados ou, em alguns casos, nacionalizados”. Essa convivência entre os experimentos neoliberais e de movimentos de contraneoliberalização desarticulada representam “uma fronteira estrategicamente essencial para explorar alternativas a uma ordem geoeconômica neoliberalizada”, mas precisam estar

interconectadas em lugares, territórios e escalas, e ligadas a recalibrações institucionais, para que sua reprodutibilidade em médio e longo prazo não seja freada por restrições sistêmicas.

No terceiro cenário, a oposição ao neoliberalismo passa a tomar formas orquestradas de experimentação regulatória interconectadas em lugares, territórios e escalas. “Nessas condições, há esforços sustentados para criar redes antissistêmicas de compartilhamento de conhecimentos, transferência de políticas e construção de instituições entre os diversos locais e escalas de mobilização contraneoliberal”, podendo assumir formas impulsionadas pelo estado ou levadas pelos movimentos de redes que “ganham significado e se tornam cada vez mais coordenadas nesse cenário, levando, possivelmente, ao desenvolvimento de novas visões, solidárias e ecologicamente sãs, para a regulação econômica global e para as relações interespaiais”, mas ainda assim, não possuem “a capacidade de se infiltrar nos escalões do poder político-econômico global, como as agências multilaterais, os blocos de comércio supranacionais e governos nacionais poderosos”. (BRENNER, PECK E THEODORE, 2012, p. 33-34)

O último estágio seria o da socialização profunda, em que o regime de normas global socialdemocrático, solidário e/ou ecossocialista radicalmente democratizado e sujeito a avaliação e decisão popular em todas as escalas espaciais em que “os arcaibouços institucionais da neoliberalização que foram herdados são infiltrados em todas as escalas espaciais por forças sociais e alianças políticas orientadas para agendas alternativas que restringem o mercado”, que poderiam incluir desde controles de capital e de trocas a descomodificação e desglobalização das necessidades sociais básicas. (BRENNER, PECK E THEODORE, 2012, p. 34). No entanto, deve-se atentar para o fato de que,

nem todas as alternativas a um regime de normas neoliberalizado envolvem essa visão normativa progressiva, solidária e radicalmente democrática. Como Brie (2009) indica, qualquer número de cenários regressivos, até mesmo bárbaros, é possível, incluindo várias formas de reação, hiperpolarização, neoimperialismo, remilitarização e degradação ecológica neoconservadoras, neototalitárias e neofundamentalistas. (BRENNER, PECK E THEODORE, 2012, p. 34)

Sobre isso Harvey (2010, p. 217-220) defende veementemente que “o principal foco da luta política tem com certeza de ser a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo, apoiada pelo autoritarismo dos neoconservadores”, uma vez que o déficit democrático em países que declarados como democracias é imenso atualmente. Segundo ele, “recuperar as exigências de governança democrática, de justiça e igualdade econômicas, políticas e culturais não é sugerir um retorno alguma época de ouro”, mas sim que “os significados em cada instância devem ser inventados para cobrir condições e potencialidades contemporâneas”. As bases para recuperar os movimentos de massa que demandam políticas igualitárias e justiça econômica se assentam quanto mais se reconhece o neoliberalismo “como uma retórica utópica fracassada que machucaram um projeto bem-sucedido de restauração do poder da classe dominante”, já que “há um sistema muitíssimo mais valioso de governança a ser construído do que aquele que o neoconservadorismo permite”.

### **3.3 O ODS 11 Pode Ser Considerado Um Objetivo Contraneoliberalizante?**

A partir de todo o exposto anteriormente, finalmente se pode lançar um olhar crítico sobre o objetivo número 11 dos ODS, tornar as cidades e os assentamentos humanos

inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, a fim de responder a questão do presente estudo, se o ODS 11 é uma ferramenta neoliberalizante ou contraneoliberalizante. É importante ressaltar que essa análise pode ser feita para cada um dos ODS e para os ODS como um todo, uma vez que são todos interligados. Isso também não significa que o objetivo aqui é determinar de forma rígida a tendência desses objetivos, uma vez que podem coexistir influências neoliberais ou contrárias, visto que os ODS foram elaborados a partir de diferentes perspectivas de diferentes grupos sociais. A intenção é refletir sobre as possíveis alternativas a um regime predatório dentro das cidades que podem ser promovidas ao dar-se prioridade a políticas públicas para o alcance do ODS 11.

Como se pode observar, o neoliberalismo é um regime regulatório que não tem o objetivo de promover qualquer melhoria qualitativa na sociedade. Seu objetivo maior é o crescimento econômico quantitativo, a expansão dos mercados e a manutenção de um mercado de produtos financeiros cada vez mais complexo. O Estado se torna refém das finanças e ao mesmo tempo seu maior promotor, invadido por uma regulação viral em direção à austeridade e manutenção do famigerado tripé macroeconômico herdado do Consenso de Washington. Assim, questões de planejamento estatal, nacional, regional, passam a pertencer a esfera da gestão estratégica eficiente, da administração e da competição entre cidades e regiões, uma verdadeira corporativização dos territórios e privatização dos espaços públicos.

Além disso, os serviços públicos essenciais como saúde, educação e segurança, além de mercadorias, acabam se transformando em privilégios de poucos. Nesse cenário, tudo o que é vivo e/ou natural se torna mercadoria e por impulso de uma mentalidade neoliberal, naturalizada e imposta, a sociedade acaba reproduzindo um regime claramente predador. O olhar neoliberal sobre o meio ambiente é apenas preservar para lucrar por mais tempo possível, sua sustentabilidade é financeira, e não a da preservação de um ambiente qualitativamente sustentado para a sobrevivência e bem-estar de todas as espécies. Já as desigualdades não somente persistem, elas aumentam entre os países e dentro deles e, do ponto de vista neoliberal isso não é mais do que algo natural da sobrevivência do sistema.

A visão dos formuladores dos ODS expressa na Agenda 2030 é evidentemente oposta a esse ideário neoliberal, como se pode observar no seguinte trecho:

Nestes Objetivos e metas, estamos estabelecendo uma visão extremamente ambiciosa e transformadora. Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Prevemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável. (ONU, 2015, p. 4).

Em outra de suas passagens sobre como identificam o mundo hoje, os formuladores reconhecem que,

Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos países e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio chave. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais à saúde, desastres naturais mais

frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso alcançado na área de desenvolvimento feito nas últimas décadas. (ONU, 2015, p. 6)

Como fica evidente, o texto geral da Agenda 2030 como um todo já possui uma base que aponta em direção a uma noção de desenvolvimento bastante complexa e rica que difere em muito e é basicamente oposta a agenda neoliberal ao considerar todos os aspectos do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento humano, do bem-estar e a desigualdade em várias escalas e grupos como problema a ser superado e não como condição natural do sistema. Além disso, a declaração reafirma a soberania dos Estados em proteger os direitos humanos e promover suas próprias políticas públicas, o que se opõe ao autoritarismo neoconservador ao qual o neoliberalismo contraditoriamente se alia para que possa garantir a manutenção de sua agenda. A agenda 2030 refirma e reconhece, respectivamente,

[1] a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e ao direito internacional. Enfatizamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição. [2] a importância de as instituições financeiras internacionais apoiarem, em conformidade com os respectivos mandatos, o espaço político de cada país, em particular dos países em desenvolvimento. Comprometemo-nos a ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento – incluindo os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de renda média – na tomada de decisão econômica, definição de normas internacionais e governança econômica global. (ONU, 2015, p. 7 e 14)

Outra característica da agenda 2030 que se diferencia do ideário neoliberal é a rejeição a desigualdade, expressa na ideia de “não deixar ninguém para trás” e de construir fundamentos econômicos para todos os países baseados em crescimento sustentado, inclusivo e sustentado, preocupados com fatores para além dos meramente econômicos, pelo contrário, fatores qualitativos relativos ao empoderamento feminino, trabalho decente e gratificante, a forma como as sociedades produzem e consomem bens e serviços, a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, ao combate aos danos causados a natureza e a redução do risco de desastres, como se pode observar no trechos a seguir,

[1] Isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. Vamos trabalhar para construir economias dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e centradas nas pessoas, promovendo o emprego dos jovens e o empoderamento econômico das mulheres, em particular, e o trabalho decente para todos. Vamos erradicar o trabalho forçado e o tráfico humano e pôr fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os países podem se beneficiar de ter uma força de trabalho saudável e bem-educada com o conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho produtivo e gratificante e a plena participação na sociedade. Vamos fortalecer as capacidades produtivas dos países menos desenvolvidos em todos os setores, inclusive por meio de transformação estrutural. Vamos adotar políticas que aumentem as capacidades de produção, a produtividade e o emprego produtivo; a inclusão financeira; o desenvolvimento sustentável da agricultura, da pecuária e da pesca; o desenvolvimento industrial sustentável; o acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernos; sistemas de transporte sustentáveis; e infraestrutura de qualidade e resiliente.

[2] Comprometemo-nos a fazer mudanças fundamentais na maneira como nossas sociedades produzem e consomem bens e serviços. Governos, organizações internacionais, setor empresarial e outros atores não estatais e indivíduos devem contribuir para a mudança de consumo e produção não sustentáveis, inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento para avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção.

[3] Reconhecemos que o desenvolvimento econômico e social depende da gestão sustentável dos recursos naturais do nosso planeta. Estamos, portanto, decididos a conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e mares, recursos de água doce, bem como florestas, montanhas e terras áridas e proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a vida selvagem. Nós também estamos determinados a promover o turismo sustentável, combater a escassez de água e a poluição da água, fortalecer a cooperação sobre a desertificação, as tempestades de poeira, a degradação dos solos e a seca e promover a resiliência e a redução do risco de desastres. (ONU, 2015, p. 10-11)

Sobre as questões urbanas, regionais e locais também é notável que os formuladores da agenda se preocuparam com as consequências e impactos causados pela urbanização e pelo crescimento da população esperado para as próximas décadas. Além disso, a agenda evidencia a preocupação com a qualidade dos assentamentos humanos e dos serviços públicos oferecidos nas cidades e com o bem-estar humano, o que vai para além da competição corporativista entre cidades e regiões promovidas pelas políticas neoliberais, como poderá ser observado a seguir, com a análise do ODS 11. A agenda 2030 reconhece que,

que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo. Vamos trabalhar com as autoridades e as comunidades locais para renovar e planejar nossas cidades e assentamentos humanos, de modo a fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego. Vamos reduzir os impactos negativos das atividades urbanas e dos produtos químicos que são prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, inclusive através da gestão ambientalmente racional e a utilização segura das substâncias químicas, a redução e reciclagem de resíduos e o uso mais eficiente de água e energia. E vamos trabalhar para minimizar o impacto das cidades sobre o sistema climático global. Vamos também ter em conta as tendências e projeções populacionais nas nossas estratégias de desenvolvimento e políticas urbanas, rurais e nacionais. (ONU, 2015, p. 12)

O ODS 11, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis é composto por dez metas que são fundamentais para o alcance do objetivo como um todo e que estão interligadas com todos os outros objetivos da agenda 2030. Como visto no capítulo 2, no quadro 7, o próprio título do objetivo evidencia os principais conceitos que embasaram sua elaboração e o que seus formuladores acreditam ser fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades. O conceito mais integrador é o de assentamentos humanos, que abarca tudo o que é necessário para a manutenção da vida e do bem-estar da população, como o abrigo, a infraestrutura, bem como os serviços, como educação, saúde, cultura, transporte, lazer e nutrição. Essa é uma preocupação muito ampla e qualitativa, que exige um acompanhamento bastante complexo e que não pode ser avaliada somente com dados relativos à renda. Do ponto de vista neoliberal, o aumento da renda per capita deveria ser indicador da prosperidade em todos esses setores. No entanto o resultado do aumento da renda, como se sabe, não é garantia de retorno em bons serviços e boa qualidade de vida.

Muitos outros aspectos importantes para o desenvolvimento socioeconômico sustentável que se aproximam dos conceitos de desenvolvimento sustentável e

desenvolvimento como liberdade vistos no capítulo 1 estão presentes dentre as metas do objetivo número 11, dentre os quais merecem destaque a inclusão e o planejamento nacional e regional de desenvolvimento. Esses são dois conceitos antagônicos ao que se observa nas experiências neoliberais que causam a expulsão e promovem a gestão local estratégica para competição em detrimento de um planejamento nacional e regional mais amplo para o desenvolvimento territorial. Os dois conceitos estão presentes nas seguintes metas:

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais. (ONU, 2015, p.30)

Como exposto no quadro 8, no capítulo 2, a inclusão significa que “todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano” (ONUBR, 2018), promovendo a participação no planejamento, a diversidade de representação e o acesso de todos a serviços, empregos e oportunidades, como também a vida cívica e política da cidade. Do contrário, as políticas neoliberais foram e são responsáveis por uma série de reestruturações regulatórias que polarizam a cidade e provocam a gentrificação, a expulsão de uma grande massa da população que fica a margem do suposto desenvolvimento em que alguns poucos privilegiados podem desfrutar em uma parte renovada da cidade.

Sassen (2016) em sua obra trata das expulsões provocadas pela lógica sistêmica baseada em financeirização, aquisição de terras e formação de cidades globais com vistas ao lucro, o que não é nada mais do que o processo de reestruturação neoliberal que vem acontecendo desde meados da década de 1970. Para a autora, as expulsões são um processo que ainda está começando e que ainda é difícil de ser identificado, mas que “implica uma generalização gradual de condições extremas que começam nas bordas dos sistemas, em microambientes” (SASSEN, 2016, p.39)

À Medida que essas condições extremas se agravam, contribuem diretamente para as expulsões “de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento a sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal. Isso significa mais do

que simplesmente mais desigualdade e mais pobreza” (SASSEN, 2016, p.39), pois implica “manter em funcionamento uma economia cada vez mais privatizada e corporatizada, eliminando os gastos excessivos relacionados ao contrato social”. Esse programa de austeridade é um mecanismo disciplinador cujo objetivo não é ajudar, muito menos contribuir para o aumento do emprego e da produção, mas sim proteger certo tipo de economia. (SASSEN, 2016, p. 51). Com isso, pode-se concluir que a inclusão defendida no ODS 11 é o oposto da expulsão e, por isso, o objetivo vai à direção contrária do neoliberalismo.

A meta 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento da mesma forma se opõe ao formato de políticas públicas promovidas com base no ideário neoliberal, que visa reduzir o Estado e fomentar a competição entre os locais com políticas de gestão estratégica do território. Segundo Brandão (2012), no contexto da globalização, do capital mundializado e internacionalização da economia, um pensamento único localista invadiu o debate do desenvolvimento regional e levou ao fim das escalas intermediárias entre global e local. O pensamento localista negligencia questões de hegemonia de poder, heterogeneidades estruturais e especificidades entre as regiões, em favor de um projeto de desenvolvimento construído totalmente a partir do âmbito local, negando todas as escalas entre o local e o global, os conflitos, a ação do Estado, o espaço nacional e a política.

Esse desenvolvimento em âmbito local é promovido pelos atores locais, tendo em vista que passa a se considerar a ideia de comunidade ao invés de sociedade, que farão despontar um determinado local como exemplo a ser seguido, por ser diferente e especial, através da governança virtuosa e de suas próprias iniciativas empreendedoras. Para Brandão (2012), uma grande parte da produção intelectual localista exagera na capacidade endógena de um território no processo de desenvolvimento e em reproduzir o êxito de outros casos subestimando os limites locais. O Estado fica à margem do processo de desenvolvimento, tendo a ação pública o papel de “prover externalidades positivas, desobstruir entraves microeconômicos e institucionais, deve regular e, sobretudo, desregular, a fim de garantir o marco jurídico e o sistema normativo, atuando sobre as falhas de mercado” (BRANDÃO, 2012, p. 46).

A implementação dos ODS deve ter uma abordagem multiescalar e transescalar. A proposta transescalar defendida por Brandão (2012) busca apreender a diversidade e a criatividade de países como o Brasil no sentido do avanço social, político e produtivo. Nesse contexto, “as ações políticas devem ser mais ágeis, potentes, sistemáticas e devem ser empreendidas simultaneamente em várias direções escalares” (BRANDÃO, 2012, p. 205) e “é fundamental regionalizar as políticas específicas, articulando-as por um orgânico projeto nacional de desenvolvimento”.

Apesar de os ODS promoverem políticas localistas, como destacado no capítulo 2, com o RLODS, a agenda 2030 tem uma preocupação com o planejamento nacional e regional que se estende ao ODS 11, mas que não limita a ação e participação locais, afinal, os ODS compreendem questões que só serão superadas através de políticas que articulam todos os níveis de governo e as esferas de poder para enfrentar os problemas que possuem cada um sua escala específica. Tendo isso em vista, se pode depreender que essa é mais uma característica do ODS 11 que se afasta do projeto neoliberal para os espaços urbanos.

Já as metas 11.4, 11.5 e 11.6 estão diretamente relacionadas à questão da segurança das pessoas afetadas por catástrofes e da redução nos impactos ao meio ambiente e ao

patrimônio cultural e natural do mundo. Sabe-se que a reestruturação neoliberal promove a criação de diversos mercados onde não existiam, promove a reorganização dos espaços e a expulsão das pessoas, isso significa que os formuladores de políticas neoliberais não se preocupam em preservar, a não ser que seja lucrativo, qualquer coisa que esteja no caminho da alta rentabilidade dos negócios. Exemplos claros de que a prioridade é o lucro sobre a segurança das pessoas e do meio ambiente são as tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), em que a mineradora primeiro tornou populações e locais antes seguros em vulneráveis ao assentarem suas barragens e depois em lama, destruição e expulsão, baseados em um cálculo matemático de risco que se vale a pena correr.

Por fim, é possível agora resgatar do item 3.2 deste capítulo os possíveis cenários de contraneoliberalização, para que se possa identificar se o ODS 11 está enquadrado dentro de algum deles. Como visto anteriormente, a crise de 2008 não foi capaz de produzir um rompimento com o neoliberalismo apesar de suas latentes consequências negativas. Nesse período ainda estavam vigentes os ODM como agenda global para o desenvolvimento e, como exposto no capítulo 2, os ODM possuíam muitas limitações e ainda estavam enquadrados em uma lógica restrita da noção e da dimensão do desenvolvimento.

Mesmo não havendo rompimento com o neoliberalismo, este passou a ser questionado de fato a partir da crise, o que fez com que o se exigisse algum tipo de regulação para o mercado financeiro desenfreado. Portanto, o período que circunda a crise de 2008 possibilitou a exposição e algum recuo, ainda que pequeno, do neoliberalismo e o avanço da contraneoliberalização do cenário da neoliberalização zumbi para o cenário da contraliberalização desarticulada, devido às críticas e ao debate sobre o neoliberalismo e possíveis alternativas que foram se intensificando. Os ODS foram elaborados após esse cenário de crise e da necessidade cada vez mais urgente de um desenvolvimento sustentável e da aceitação de que o meio ambiente não poderá ser explorado por muito tempo sem que medidas urgentes sejam tomadas hoje.

Como visto, a elaboração dos ODS contou com a participação de diversos grupos de interesse, o que possibilitou que a crítica ao *modus operandi* atual do capitalismo e a exposição das maiores necessidades da população mundial conseguissem se infiltrar e influenciar as discussões globais sobre o desenvolvimento dentro de uma das mais importantes organizações multilaterais, que é a ONU. Isso significa que a orquestração muito mais intensa de experimentos regulatórios redistributivos e restritores do mercado foi herdada dos ODM e aperfeiçoada com os ODS, o que torna possível enquadrar os ODS no terceiro cenário de contraliberalização orquestrada em direção ao cenário de socialização profunda, se forem alcançados todos os objetivos.

O ODS número 11 consequentemente enquadra-se dentro do mesmo cenário, no entanto suas características socializadoras são ainda mais evidentes, pois, como visto, o ODS 11 tem como meta a inclusão de todos em assentamentos humanos providos de todos os serviços necessários ao bem-estar, de forma acessível, sustentável, segura, participativa através de um planejamento em várias escalas. Isso é o oposto da expulsão, da gentrificação, da polarização e da privatização de espaços públicos causadas pelas sucessivas reestruturações neoliberais. Dada a importância dos espaços urbanos e das cidades como motores do crescimento e como lócus das disputas, conflitos, da concentração do capital e das demandas que possuem, o ODS 11 é importante ferramenta contraliberalizante se for verdadeiramente explorado todo o potencial que possui através de políticas públicas para seu alcance.

## CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, é possível concluir que o ODS 11 é composto de metas que se opõem as características principais do neoliberalismo. Como salientado no capítulo 1, o neoliberalismo é variado e dependente da trajetória, portanto, é tarefa difícil afirmar com certeza se alguma política ou diretriz é neoliberal ou não. No entanto, a proposta da Agenda 2030 como um todo expressa o viés da sustentabilidade defendido por Ignacy Sachs e o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, além da noção de que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico, em que as condições para o desenvolvimento envolvem diversos aspectos, devendo ser promovido de forma holística e democrática, sem deixar ninguém para trás através da inclusão.

Não se pode negar que há nos ODS metas voltadas para o mercado e meios de implementação localistas baseados em gestão estratégica e, por isso, não devemos lançar mão de nenhum diagnóstico fechado por pelo menos dois motivos: 1) Os ODS são recentes e estão em curso; 2) Como afirma Perry Anderson (1995, p.12), “qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado.” O que há, então, são dois movimentos antagônicos em curso que colidem nos mesmos espaços e que são passíveis de convergência. Assim como o neoliberalismo se apropriou do discurso da sustentabilidade para criar novos mercados e produtos financeiros, como os créditos de carbono, não é impossível que o neoliberalismo se infiltre na Agenda 2030 ou nas próximas agendas globais para o desenvolvimento, se reconfigure e consiga perpetuar sua reprodução. De fato, a agenda 2030 não é neoliberalizante, mas mais importante que seu discurso é a forma como serão acompanhadas e alcançadas as suas metas para garantir que não desviem do seu propósito maior.

Por outro lado, é possível também que a reestruturação promovida pela Agenda 2030 se sobreponha a do neoliberalismo e coloque o desenvolvimento na direção de uma socialização profunda. O neoliberalismo possui a fragilidade intrínseca de ser dependente da trajetória e se associar a elementos antagônicos para se perpetuar e, por isso, impossível de operar em sua forma pura. Isso abre brechas para que oposições consigam rasgar as redes de regulação neoliberal.

Como as cidades se tornaram locais centrais, de um ponto de vista estratégico, tanto para o avanço do neoliberalismo quanto como espaços de resistência, é paradoxal, mas evidente que essa tensão entre regimes brutalmente antagônicos em espaços tão concentrados como as cidades é capaz de torná-las protagonistas de uma mudança regulatória e estrutural na direção do desenvolvimento sustentável em um cenário de socialização profunda.

Por fim, cabe a nós pesquisadores acompanharmos os desdobramentos da Agenda 2030 e as ações postas em prática para o alcance das metas, sem deixar de observar os movimentos reacionários do neoliberalismo. É uma tarefa árdua, visto que o neoliberalismo é bastante variado, mas não é impossível se a bússola do desenvolvimento sempre apontar em direção ao bem-estar do ser humano e do planeta. Os espaços urbanos estão em franca expansão e a população concentrada nesses espaços será cada vez maior, por isso devemos dar especial atenção ao ODS 11. Como proposta para trabalhos futuros, acredito que estudos sobre a aplicação e resultados dos ODS em cidades em potencial como as da América Latina

e África seriam de grande contribuição para avaliar na prática o sucesso ou o fracasso das políticas públicas para o alcance dos ODS contra a neoliberalização.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. Brasília, 1998. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- BRENNER, Neil; PECK, Jeremy; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização?. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, vol. 14, no 27, p. 15–39, jan/jun. 2012.
- BRITES, Walter Fernando. La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 9, no 3, setembro de 2017, p. 573–86.
- ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: Da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: Shifts in Purpose, Concept, and Politics of Global Goal Setting for Development. **Gender & Development**, vol. 24, no 1, p. 43–52, jan. 2016.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Ed. 5. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A, 1961.
- HULME, David. **The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World's Biggest Promise**. Brooks World Poverty Institute, 2009.

- JOLLY, Richard. **Global Goals: the UN experience**. United Nations Development Programme. 2003.
- MANTEGA, Guido. **Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico**. Relatório de Pesquisa. Nº 3, São Paulo, EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1998.
- MISOCZKY, Maria Ceci, e STEFFEN Böhm. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 10, no 3, setembro de 2012, p. 546–68.
- NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: fev. 2017
- ONU, Organização Das Nações Unidas. **United Nations Millennium Declaration**. Nova York, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>> Acesso em: 10 nov 2017.
- ONUBR, Nações Unidas do Brasil. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11**. ONU, 2018.
- ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. ONU, 2016.
- OSTRY, J., LOUNGANI, P., FURCERI, D. Neoliberalism: Oversold?. **Finance and Development**. June. IMF. 2016.
- PARNELL, Susan. Defining a Global Urban Development Agenda. **World Development**, vol. 78, fevereiro de 2016, p. 529–40.
- PECK, Jamie. TICKELL, Adam. **Neoliberalizing Space**. Editorial Board of Antipode. Oxford; Malden: Blackwell Publishers, 2002.

PINHEIRO, Maurício M. S. **As Liberdades Humanas Como Bases Do Desenvolvimento: Uma Análise Conceitual Da Abordagem Das Capacidades Humanas De Amartya Sen.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16421](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16421)>.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **As perguntas mais frequentes sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).** PNUD, 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/materiais/perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, vol. 26, no 74, 2012, p. 65–92.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e ética – para onde ir na América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. Encontro do BID sobre Ética e Desenvolvimento. BID, Buenos Aires. 5-6 set. 2002. In: SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente. International Society for Ecological Economics: Beyond Growth: Policies and Institutions for Sustainability. Santiago, Chile, 15-19 nov. 1998. In: SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Tradução: Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R. Do Desenvolvimento Como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Como Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 16. n. 42. jan-mar. 2018.

THEODORE, Nik .; PECK, Jamie.; BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, nº 66, Santiago, Chile, mar. 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

## APOIO



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*